
005ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 20JUN2018

(Texto com revisão.)

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES: (19h) Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública com o objetivo de debater acerca do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, que dispõe sobre alterações no Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. (Lê.): “O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 20 de junho de 2018, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 25 de maio de 2018. Vereador Valter Nagelstein.”

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Ver. Valter Nagelstein, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda. Prestigiam esta Audiência Pública os Srs. Vereadores Mauro Pinheiro, André Carús, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, José Freitas, Alvoní Medina e Ricardo Gomes; também o Sr. Carlos Siegle, Secretário Municipal Adjunto de Relações Institucionais e Articulação Política.

O Ver. Valter Nagelstein, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Boa noite, senhoras e senhores, sejam todos bem vindos a esta Casa. Cumprimento ao Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, e agradeço a presença dos Vereadores Mauro Pinheiro, André Carús, Cassio Trogildo, Mendes Ribeiro, José Freitas, Ricardo Gomes, Alvoní Medina e Moisés Barboza. Agradeço também a presença das entidades representativas e de todos os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre que vieram a este Legislativo Municipal para participar desta discussão importante para a nossa Cidade.

Nós disporemos de 3 minutos para cada inscrito, fazendo de forma intercalada: o que se manifestará a favor e o que se manifestará contrário ao projeto de lei que está tramitando.

E os Vereadores que desejarem se manifestar, a qualquer momento, comunique ao Presidente que, imediatamente, após a fala do orador, dará o espaço ao Vereador. Seremos os mais pontuais possíveis para que cumpramos aquilo que se propõe a audiência pública, mas que também sejamos eficientes no tempo.

Quero referir o trabalho liderado pelo Ver. Mauro Pinheiro, ao longo dessas últimas semanas, à frente da Comissão Especial que discuti a questão do IPTU e agradecer aos demais Vereadores que compõem esta Comissão pelas várias reuniões que realizaram, que é muito importante para produção do conhecimento que é necessário para votar a matéria de tamanha complexidade.

Quero informar que o requerente desta Audiência Pública é o Ver. Cassio Trogildo.

Eu quero, imediatamente, passar a palavra ao Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, que dispõe de 15 minutos para a sua apresentação.

SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO: Boa noite a todos. Quero saudar o Ver. Valter Nagelstein, Presidente desta Casa; o Ver. Cassio Trogildo, que solicitou a audiência pública em relação ao projeto do IPTU; o Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Comissão Especial que discutiu, ao longo de dezenas de reuniões, o projeto de revisão da Planta Genérica de Valores do IPTU; saudar todos os Vereadores aqui presentes, os representantes de entidades, representantes das mais variadas regiões da Cidade. Acredito que é um tema extremamente relevante para Cidade, fico muito feliz que a gente possa ter esse debate hoje. Tenho tão pouco tempo para apresentar um projeto que é tão complexo como a da atualização da revisão da Planta Genérica de Valores do IPTU.

Eu vou centrar nos principais pontos, até considerando que já houve, no ano passado, a apresentação e a não aprovação do projeto, focar em algumas mudanças, algumas evoluções que foram colocadas nesse projeto em relação ao ano passado e, ao final, estarei à disposição para eventuais dúvidas que possam surgir. Acredito que grande parte dos senhores já viu essa apresentação ou viu grande parte do que já foi mostrado aqui em algumas das audiências públicas que nós fizemos. É importante reforçar que nós já fizemos, tanto por parte de iniciativa do Legislativo quanto do Executivo, mais de 20 reuniões por toda a Cidade para debater com a população esse projeto. Então, acho que o objetivo de discutir com a Cidade, com todas as pessoas que tiveram interesse em entender o projeto, receber críticas, sugestões, dúvidas, eu acho que falta de

transparência, diálogo e discussão esse projeto, certamente, não vai poder receber críticas.

Reforçando, Porto Alegre, depois de mais um ano, eu vim aqui, no ano passado faziam 26 anos que não se atualizava a de Planta Genérica de Valores do IPTU, estamos agora no 27º ano sem atualizar a Planta Genérica de Valores. A gente demonstra que todas as grandes capitais do País já fizeram, pelo menos, uma vez, e de prefeitos dos mais variados partidos, somente para demonstrar que isso não é uma questão ideológica, partidária, e, sim, uma necessidade que existe nos municípios de fazer a atualização desta planta, como a gente demonstra aqui, com esses dois quadros. Se eu comparar com as grandes capitais do País, a participação do IPTU em relação à receita total, a receita corrente líquida, é menor em Porto Alegre. Isso significa que, na prática, Porto Alegre é mais dependente de repasses da União, que está quebrada; do Estado, que está quebrado, e, conseqüentemente, prejudica ainda mais a situação financeira do Município. Então, um dos argumentos deste projeto é no sentido também de aumentar a independência do Município de Porto Alegre em relação a repasses federais e estaduais.

Um outro fator importante que a gente coloca para as pessoas é que hoje Porto Alegre paga a mesma coisa de IPVA, porém, por veículo, paga-se mais de IPVA do que de IPTU, sendo que o IPVA fica somente metade na cidade de Porto Alegre, o que demonstra, obviamente, se faço essa comparação, que Porto Alegre tem uma defasagem em relação ao pagamento de IPTU, já que o IPVA é ainda mais alto.

A Cidade mudou em 27 anos, acho que praticamente todos concordam. Essa mudança fez com que algumas regiões da Cidade se valorizassem mais, geralmente as mais próximas da região central, mas muitas regiões da Cidade, principalmente aquelas mais periféricas, onde moram pessoas mais humildes, onde a infraestrutura não avançou, essas se desvalorizaram. A Cidade mudou, mas o IPTU não mudou, por isso é tão importante atualizar a planta de IPTU. Isso gera, como consequência, enormes injustiças na planta de valores de IPTU, há imóveis com valores de IPTU irrisórios: R\$ 2,00, R\$ 3,00, R\$ 4,00, R\$ 5,00, R\$ 6,00. Obviamente, para quem paga tão pouco, alguns estão pagando muito, então certamente essa injustiça a gente tem que terminar.

Há situações de imóveis com valor de R\$ 100,00 de IPTU mas com valores dos mais variados: R\$ 29,00, R\$ 50,00, R\$ 200,00, até R\$ 800 mil, imóveis que hoje tem esse

valor no mercado, mas pagam o mesmo IPTU. Obviamente, imóveis de valores deveriam pagar o mesmo IPTU. E assim nas mais variadas faixas de IPTU, assim como nas mais variadas faixas de imóveis em toda a Cidade. Ou seja, imóveis de mesmo valor pagando IPTU diferente. Só esse fato já justifica a necessidade de atualizar a planta de valores do IPTU, porque o IPTU deveria ser o imposto cobrado sobre o valor do imóvel. Quando eu não cobro sobre o valor do imóvel, eu faço com que pessoas que têm imóveis mais baratos, casas mais humildes, paguem mais IPTU do que pessoas que têm imóveis de maior valor, por isso é necessária essa atualização.

Aqui a gente demonstra também que essa diferença de IPTU para imóveis de mesmo valor são em vários bairros e dentro dos mesmos bairros, independente do bairro: Auxiliadora, Bom Fim, Moinhos de Vento, Lomba do Pinheiro, Petrópolis. Ou seja, as injustiças, pessoas pagando mais do que deveriam e pessoas pagando menos do que deveriam é em toda Cidade, em todos os bairros, em todas as ruas da cidade de Porto Alegre. E imóveis que valem mais de R\$ 1 milhão pagando IPTU muito baixo, menos do que R\$ 1 mil por ano de IPTU.

Já discutimos o projeto o ano passado, já o discutimos ao longo de diversas reuniões. E o que o Poder Executivo apresenta para esta Casa? Diversas alterações que partiram justamente das discussões que ocorreram nesta Casa. Um dos principais pontos com que a gente inicia é: criar mais duas faixas de valor – inclusive uma emenda aprovada nesta Casa o ano passado – e a redução da alíquota, ou seja, a redução do imposto a ser cobrado para imóveis residenciais. Com essas alíquotas que estão sendo apresentadas, alíquotas decrescentes, além de serem mais baixas do que em outras cidades do País, 238 mil imóveis da cidade de Porto Alegre terão redução de IPTU – depois apresentaremos como ficaria o cenário. Mas isto é importante: em relação ao ano passado, houve uma redução das alíquotas dos valores dos imóveis residenciais. E aqui, por exemplo, um imóvel de R\$ 320 mil de valor venal, que no ano passado pagaria R\$ 1.280,00, no novo projeto pagaria R\$ 1.210,00 por ano de IPTU, o que equivale a R\$ 100,00 por mês, ou seja, um imóvel de R\$ 320 mil que, no valor de mercado, seria mais de R\$ 400 mil, terá um valor de IPTU de R\$ 1,2 mil, o que a gente considera, até para o tamanho do imóvel, um valor justo.

Nos imóveis não residenciais – comércios, restaurantes, lojas em geral –, a alíquota, que é de 1,1 se reduzirá para 0,8% para aquela faixa acima de R\$ 60 mil em 2019 e 2020;

2021 e 2022, 0,9%; e, a partir de 2023, 1%, ou seja, um escalonamento no tempo, justamente para, em função da crise, não prejudicar tanto os imóveis não residenciais nos dois primeiros anos do projeto, um aumento nos dois últimos, e, lá no último ano, em 2023, alíquota de 1%. Claro, aí, já com o próximo gestor, com o próximo governo, com o próximo Prefeito, podendo eventualmente, até se quiser, manter esse benefício, essa redução de alíquota por mais tempo. Como ficaria um imóvel não residencial? Pagaria um pouco mais de IPTU. Um imóvel com valor venal de R\$ 321 mil pagaria R\$ 2.080,00 por ano de IPTU. Aqui, para uma noção geral, acho que é importante ter essas noções gerais na noite de hoje, reforçamos que a Prefeitura avalia, em média, em 68% o valor real do imóvel para fins do IPTU. Ou seja, um imóvel de 87 mil reais, para fins de IPTU, na média, ficaria em R\$ 60 mil. Nessa faixa, não pagaria nada de IPTU. Um imóvel de R\$ 145 mil, na média de valor de mercado, para fins de IPTU, seria R\$ 100 mil, pagaria R\$ 160 reais por ano de IPTU. E assim vai: R\$ 435 mil como valor de imóvel no mercado, que seria R\$ 300 mil para fins de IPTU, pagaria R\$ 1,1 mil por ano. Assim sucessivamente, cobrando alíquotas maiores e IPTUs mais caros de imóveis mais caros, e alíquotas menores e IPTUs menores de imóveis mais baratos, justamente para promover o que a gente chama de justiça tributária, cobrar mais de quem pode pagar mais, e menos de quem não pode pagar tanto, só pode pagar menos.

A questão dos terrenos, em que pese tenha havido uma redução das alíquotas dos terrenos, elas ainda assim têm valores bem superiores aos valores de alíquotas de imóveis residenciais e não residenciais. A nossa proposta evoluiu em relação ao ano passado, diminuindo as alíquotas para 3, 2, e 1 para terrenos em cada uma das divisões fiscais da Cidade. O valor de um terreno hipotético de R\$ 320 mil de valor venal pagaria R\$ 7,8 mil, justamente porque a intenção do IPTU e a intenção da Prefeitura é promover o desenvolvimento da Cidade e não permitir que os terrenos se mantenham sem construções por longos períodos. Por isso que o valor do IPTU seria maior para terrenos. Outra evolução em relação ao projeto do ano passado – foi uma demanda que surgiu nesta Casa – é um desconto de 25% do IPTU para todos os imóveis não residenciais do Centro de Porto Alegre por quatro anos. Por que o Centro e por que quatro anos? Além de ter sido uma demanda desta Casa, da Casa Legislativa, as cidades começam o seu desenvolvimento e uma visão de desenvolvimento urbano a partir do seu centro. Isso não é uma visão de Porto Alegre, isso é uma visão urbanística de todo o mundo, por isso um

desconto específico para a região central, que tem que ser por quatro anos. Por que tem que ser por quatro anos? Porque o benefício tem que ser limitado no tempo, algo que, no projeto passado, não havia. Então, uma evolução das discussões que houve em relação ao ano passado foi o desconto para os imóveis não residenciais do bairro Centro, reforçando que o projeto prevê um escalonamento durante quatro anos limitado a 30% ao ano nos três primeiros anos, ou seja, quem vai ter aumento, vai aumentar no máximo 30% ao ano pagando o valor devido somente no final, mas quem já tem redução, não importa a redução, que seja 10%, 50% ou 90% do IPTU, já terá a redução no primeiro ano, no ano de 2019. Por isso consideramos o projeto importante, porque reduz de imediato a carga tributária para um contingente significativo, são mais de 238 mil imóveis da Cidade. Para aqueles que haverá aumento do IPTU porque há muitos anos não pagam o valor que deveria estar sendo pago, vai ter um limitador de 30% ao ano, até que, em 2022, ele pague o valor correto. Uma evolução em relação ao projeto do ano passado. No ano passado, 303 mil imóveis seriam beneficiados, 161 mil teriam isenção e 142 mil imóveis teriam redução de IPTU. Com o novo projeto, mais de 50% dos imóveis ou terão redução ou terão isenção, 50,2% mais precisamente. Duzentos e trinta e oito mil imóveis da cidade de Porto Alegre terão alguma redução, 146 mil imóveis terão algum aumento, ou seja, são 384 mil imóveis. E 49,8%, que é a outra metade, terá algum aumento, podendo ser 1%, 10%, 15%, 20%, 30%, 40%, 50% para aqueles imóveis que terão aumento, reforçando que ele está limitado a 30% ao ano. Resumo: hoje as alíquotas de IPTU da cidade de Porto Alegre já são baixas em relação às demais capitais e se reduzirão ainda mais. Por causa das reduções das alíquotas, 31% dos imóveis da Cidade, 238 mil imóveis terão alguma redução. Ou seja, aqueles que já estão sendo avaliados para fins de IPTU pelo valor próximo ao mercado terão redução. Como é feita, em resumo, a metodologia do valor venal? A gente pega o valor do terreno, a face do quarteirão, o tipo construtivo e a idade do imóvel, porque o imóvel, para fins de IPTU, tem que ser avaliado pela lei, tem que ter uma fórmula, por isso que a planta é genérica, eu não posso fazer pelo ITBI, nem um corretor, a avaliação individual do imóvel, por isso, a planta é genérica. Caso haja algum imóvel na Cidade, após a aprovação da planta, que esteja avaliado acima do valor de mercado, a Prefeitura, administrativamente, poderá reduzir o valor para que fique menor que o valor de mercado.

Como ficaria a nova planta de valores? O valor venal, que, hoje, equivale a 31% do valor de mercado, passaria a 68% do valor de mercado, ou seja, nenhum imóvel ficaria acima do valor de mercado. Ainda com a nova avaliação do IPTU, mais de 30% a menos em relação ao valor de mercado, o valor venal ficaria avaliado. Nós teríamos uma planta muito mais próxima da realidade dos imóveis de Porto Alegre do que é atualmente, justamente porque nós estamos atualizando a planta de valores em mais de 100%. Nós temos que reduzir as alíquotas. Se nós não reduzirmos as alíquotas, o IPTU, aí sim, ficaria muito alto para praticamente todos os porto-alegrenses, o que, obviamente, não é a intenção da Prefeitura.

A gente trouxe mais um exemplo de como a avaliação do IPTU, em comparação com dados do próprio mercado da revista Secovi/RS – Agademi, em média, fica 47%, ou seja, a variação da planta genérica de valores do IPTU fica ainda longe do valor real de transação do imóvel, e oscila em torno de 47% em todos os bairros da Cidade. Por isso, a gente reforça que a avaliação, por critérios técnicos, mesmo sendo uma planta genérica, não está longe da realidade.

Resumo de resultados do projeto, que é sempre um questionamento: na média, o porto-alegrense pagará, no boleto, que inclui a taxa de coleta de lixo, 10,41% de acréscimo, valor a mais em IPTU em relação a 2018, se o projeto for aprovado exatamente como está. Qualquer emenda, obviamente, reduzirá o valor do impacto. Só do IPTU, que compõe uma parte do boleto, será 13,87%. A arrecadação máxima, se o projeto for aprovado sem nenhuma emenda, será R\$ 68,6 milhões. É metade da folha de pagamento de um mês, é menos do que o crescimento vegetativo da folha de pagamento, mas é importante, não só porque cria justiça tributária, mas porque também corrige uma defasagem histórica no IPTU de Porto Alegre. Ao final do período, nos últimos quatro anos, a arrecadação de Porto Alegre aumentará cerca de 40%, pouco mais de 200 milhões, ainda assim, um pouco mais do que a folha de pagamento de um mês. No geral, dos 100% de imóveis da Cidade, 49,8% terão algum aumento, 31,08 terão redução de IPTU e 19,1 terão isenção. A tabela abaixo demonstra que hoje, em média, quem paga até R\$ 600,00 de IPTU terá redução de IPTU; quem paga mais de R\$ 600,00 terá algum aumento de IPTU. Indo para o final: todas as pessoas que terão isenção de IPTU terão isenção já no primeiro ano. Todas as pessoas que terão redução de IPTU terão já no primeiro ano. Quem terá alguma correção do IPTU estará limitado a 30% ao ano e

somente pagará o valor devido no quarto ano da Prefeitura, numa próxima gestão, num próximo governo. Na média, quem pagou até R\$ 600,00 na guia de 2018 terá alguma redução de IPTU em 2019. É importante, a gente não pode deixar de frisar: o que a Prefeitura não arrecada, ela não consegue investir na Cidade, nos serviços públicos, seja na educação, segurança, tapa-buraco, capina. Por quê? Porque não existe serviço público sem tributo para custeá-lo, e a Prefeitura de Porto Alegre recebeu a prefeitura numa situação já extremamente complicada, portanto é importante considerar que é necessário atualizar a planta de valores, mas reforçar que não adianta somente aprovar o projeto da planta de valores do IPTU, é necessário aprovar também o conjunto de projetos que mexe no lado da despesa. Nós não podemos somente chamar todos os contribuintes da Cidade para darem a sua colaboração, se nós não reduzirmos também o crescimento vegetativo do gasto de pessoal, nós não modificarmos a previdência do Município e nós não atacarmos, de maneira estrutural, as finanças da cidade de Porto Alegre. O IPTU é um projeto extremamente importante, mas ele não é único. Nós precisamos que esta Casa aprove, com as suas discussões, com eventuais emendas, o conjunto de projetos que visam, de uma vez por todas, a resolver o problema estrutural da cidade de Porto Alegre, que, assim como as empresas, as pessoas, o Estado e a União, também está à beira da falência. Muito obrigado, desculpem se me estendi, fico à disposição para eventuais dúvidas.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Secretário Leonardo Busatto. O Secretário Bruno Vanuzzi, eu queria registrar, estava conosco aqui também, acho que não foi referido pelo nosso protocolo. Ele acabou de sair, mas eu queria deixar registrado que estava aqui.

Senhoras e senhores, conforme nós tínhamos ajustado, nós temos sete inscritos contrários ao projeto e nove inscritos a favor do projeto. Como são mais favoráveis, eu vou começar pelos que são favoráveis, que são nove.

O Sr. Jéferson Flores Souto, Conselheiro da Região Centro do OP, está com a palavra.

SR. JÉFERSON FLORES SOUTO: Boa noite a todos, boa noite à Mesa, boa noite à plenária; sou Jéferson, Conselheiro da Região Centro. Venho pedir a vocês, nossos Vereadores de Porto Alegre, que venham a aprovar esse projeto, porque eu entendo que

esse projeto vai trazer melhorias para dentro da nossa Cidade. Eu, no ano passado, como Conselheiro, bati contra, até pedi desculpas ao Prefeito por chamar ele de ditador, uma palavra muito forte. Este ano, ele veio mostrar para a comunidade a importância desse projeto ser aprovado por vocês, nossos Vereadores. Então nós estamos aqui, a Região Centro, pedindo o apoio de vocês para aprovarem esse projeto, que venha a ser aprovado, porque eu entendi que vem a trazer melhoria para a nossa Cidade. Conversando com as nossas comunidades pequenas, pobres, elas entenderam que é importante a regularização fundiária, porque elas teriam também as condições de pagar os seus IPTUs. A comunidade mais pobre está disposta a pagar um pouquinho mais, e eu tenho certeza de que a comunidade também. Quando a gente pensa não só em si e pensa em todos, Porto Alegre anda melhor, a nossa comunidade anda melhor, o nosso bairro anda melhor. Eu gostaria de pedir para vocês o apoio para esse projeto do Prefeito. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Jeferson. O Sr. Carlos Henrique Coutinho Schmidt está com a palavra.

SR. CARLOS HENRIQUE COUTINHO SCHMIDT: Ver. Valter, Secretário Leonardo, presidentes de entidades, representantes da sociedade civil, boa noite a todos. Eu represento o Sindicato de Hotéis de Porto Alegre, e nós somos contra esse projeto de aumento de IPTU. Vou destacar quatro pontos rapidamente, para dar espaço para os outros se manifestarem. O setor de bares, hotéis, restaurantes é o que mais emprega em Porto Alegre depois da construção civil e, como os outros setores, paga muitos impostos. Para os senhores terem uma ideia, só de ISSQN nós recolhemos mais de R\$ 20 milhões por ano para os cofres da Prefeitura. Está comprovado que, toda vez que o Governo aumenta impostos, aumenta a crise, desloca recursos do setor privado, do setor público, porque, na maior parte das vezes, esse aumento é mal utilizado. A ocupação dos hotéis está reduzida em função da crise. Antes desta crise, em 2014, a ocupação média dos hotéis era acima de 60%; hoje os hotéis estão abaixo de 45% de ocupação, sendo que, no Centro, tem um bolsão em que a ocupação é abaixo dos 45%. Essa é uma situação calamitosa que gerou desemprego, porque diversos hotéis fecharam, principalmente no Centro, e não queremos aumentar o desemprego, não queremos que a iniciativa privada

seja cerceada, reduzindo empregos e fechando seus negócios. No ano passado, foi feito um acordo entre a Prefeitura – entre esta Câmara Municipal e o setor hoteleiro – no sentido de que a alíquota cobrada seria de 0,6%, já por problemas que o setor estava passando. Já na reapresentação do projeto do IPTU este ano, para nossa surpresa, a alíquota se manteve em 1% – tudo bem, temos uns descontos durante os primeiros quatro anos de 25%, limitador de 30% –, mas, daqui a cinco anos, o aumento médio do nosso IPTU, no nosso setor, será de 100% ou mais. Isso é uma carga que atualmente o setor não tem condições de suportar.

Por último, há dois projetos em pauta: o projeto de aumento de receita, entre os quais esse do IPTU que estamos falando, que estamos referindo hoje; e, depois, os projetos de redução de despesa. Houve um acordo entre as entidades de que primeiro seria votada a redução das despesas. Para nossa surpresa, conforme definido pela liderança do Governo aqui nesta Casa, foi invertida a pauta: foi colocado, primeiro, o aumento dos impostos, para, depois, termos a redução da folha. Terão que votar isso até o dia 15 de julho, depois tem o recesso, e serão retomadas nesta Casa as outras votações. Nós sabemos que é um ano eleitoral, que diversos componentes desta Casa serão candidatos a Deputado e a outros cargos na eleição próxima, isso vai tirar o foco e eu não acredito que essa votação sairá. Por isso, por essas e por outras, por tudo que eu nomeiei, nós somos contra o aumento de impostos. Nós não queremos o aumento de impostos. Eu agradeço à Casa por ter nos ouvido. Obrigado pelos aplausos; as vaias, que fiquem.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Carlos Henrique. O Sr. Idemar da Rocha Nunes está com a palavra.

SR. IDEMAR DA ROCHA NUNES: Boa noite a todos, a todas e ao Presidente, Ver. Valter Nagelstein. Eu sou do Extremo-Sul, sou produtor orgânico, e há mais de 30 anos eu luto pela questão social em Porto Alegre, Orçamento Participativo. Venho acompanhando a discussão deste projeto e por isso sou favorável a ele. Por uma questão de justiça social, sempre se diz que quem tem mais paga mais; quem tem menos paga menos. Também acho e quero pedir a esta Casa, o Legislativo, e também ao Executivo, que hoje nós temos em Porto Alegre... Tanto foi discutida nesta Casa a questão da volta da área rural em Porto Alegre, que é o pulmão da Cidade, e hoje nós vemos também no nosso

Extremo-Sul e na Restinga, que é um terço territorial da cidade de Porto Alegre, inúmeras vilas e loteamentos irregulares. Os loteamentos, há mais de 30 anos, há 40 anos que precisam... Tem muitas pessoas que querem pagar o seu IPTU para ter a documentação da sua casa, da sua moradia com dignidade, porque eu acho que o ser humano tem que ter o direito de propriedade, em Porto Alegre, da sua casa, da sua moradia, para deixar para os seus filhos, porque a vida é passageira. Eu quero também pedir aqui hoje o esforço desta Casa, aos Vereadores que me conhecem, porque a vida é passageira e eles vão deixando, vai rolando, vai rolando... A gente pode ver ali em Belém Novo, a Vila Júlia, ficou quase 50 anos tentando sua regularização. Então, o que os governantes têm que, no meu modo de pensar, fazer? Eles têm que ir ao encontro do anseio da sociedade, da dignidade de se ter a casa própria. Então essa planta do IPTU deve ser corrigida, e aqueles que não podem pagar, como os aposentados, têm que ficar isentos sim. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Agradeço ao Sr. Idemar da Rocha Nunes. O Sr. Ricardo Kruger Ritter está com a palavra.

SR. RICARDO KRUGER RITTER: Boa noite, Presidente Valter, Secretário Busatto, boa noite a todos. Bom, todos nós queremos uma cidade melhor, uma cidade mais segura, com melhores serviços, uma cidade mais bonita, que atraia visitantes que tragam dinheiro e desenvolvimento. Infelizmente a nossa Cidade, nos últimos tempos, tem decaído nesses quesitos. Ela não está atrativa, ela está doente, está gastando muito mais do que arrecada o setor público. Então, não é solução, a gente entende, fazer a população doar mais dinheiro para uma máquina que está com problema, nós temos é que revitalizar essa máquina pública, nós temos que trazer dinheiro novo, desenvolvimento. E não é fazendo um aumento dessa maneira como está sendo proposto pela Prefeitura que vamos resolver os problemas. Gostaria de trazer algum estudo, algum contraponto do Secretário, que, na verdade, há coisas que não são bem verdades. Primeiro: que há uma defasagem geral na planta de valores. Na verdade, nos últimos anos, houve um aumento no IPTU maior que o IPCA, e também que vai ter aumento naquelas regiões que são valorizadas. Eu dou um exemplo: trabalho no Ritter Hotel, que está situado na região da Voluntários da Pátria, quem caminhar pela Rua Voluntários da Pátria, da elevada do

Túnel da Conceição até o DC, vê que é uma parede só, são todas casas fechadas. Bom, esses prédios, que estão na Rua Voluntários da Pátria, vão ter um aumento real de 70% nos próximos quatro anos de acordo com o projeto, além de terem tido aumento nos últimos seis anos de 54%, enquanto o IPCA foi de 35%. Estamos à disposição, as nossas entidades, toda a população está a favor de uma Cidade melhor, que traga mais segurança, mais serviços, melhor qualidade, que atraia pessoas de fora, que o comércio floresça e não que traga uma situação que não traz desenvolvimento e leva as lojas a fechar as portas, os hotéis a fechar, como tem acontecido, e menos emprego para a população. Nós queremos é desenvolvimento para Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ricardo. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Este projeto retornou a esta Casa neste ano, depois de um intenso debate durante o ano passado, Ver. José Freitas, Ver. Alvoní Medina, Ver. Mauro Zacher, em que, ao final, esta Casa acabou não aprovando a proposta que foi enviada. O projeto deste ano traz, Luís Roberto Ponte, traz algumas alterações, inclusive de emendas que foram propostas pela própria Casa – emendas de Vereadores, Ver. Nedel, que é o nosso Relator da Comissão Especial – e que foram incorporadas ao projeto desde a nova iniciativa do Executivo. O certo é que não é fácil, Comandante Nádia, falar em incremento de tributação. Esta Casa está se deparando com um momento que é um momento histórico para a nossa Cidade. São 27 anos, Ver. Mendes, que nós deveríamos ter feito a correção da planta genérica de valores e não fizemos. Isso acarretou muitos prejuízos. Hoje as desigualdades em relação ao IPTU são enormes, e é a isso que o projeto está se propondo. Tivemos diversos avanços, e um grande avanço, Ver. André Carús, que acho que podemos creditar a esta Casa, em especial à nossa Comissão, é a questão do simulador, que está comprometido e que, até sexta-feira, vai estar disponibilizado para justamente poder ficar muito claro a que o projeto propõe. A alíquota vigente hoje é de 0,85 na Cidade. Essa, pelo projeto, será a maior alíquota. Todas as outras alíquotas são regressivas e serão aplicadas sobre o valor venal atualizado, que é o que determina a legislação. O fato gerador deste imposto, Ver. Ricardo, é o valor venal, que não é nada

mais nada menos do que o valor de mercado. Portanto, nós teremos uma redução da carga tributária com incremento de arrecadação. É estranho? É estranho, mas é explicável. Por que, mesmo com a redução da carga tributária – as alíquotas serão todas regressivas –, nós teremos incremento na arrecadação? Porque aqueles que deveriam pagar mais e que hoje não pagam terão o seu valor venal atualizado e, mesmo com uma alíquota regressiva, menor, irão pagar o valor realmente devido, o valor realmente justo. Eu não diria o valor devido, porque não é dívida, a Prefeitura, o Executivo Municipal, ao longo dos anos, não atualizou a planta genérica, e a única possibilidade de se fazer essa revisão é através de lei, como nós estamos fazendo, com uma discussão desse projeto de lei.

Hoje aqueles que têm imóveis que valem mais e que pagam um valor menor – e isso eu escutei na Comissão Especial, é a terceira vez que falo o nome dele, do Luís Roberto Ponte – têm uma proteção legal. A lei atual, que está defasada, faz uma proteção legal para aqueles imóveis que deveriam ter os seus valores atualizados e que, portanto, mesmo com a redução da alíquota, esses que devem mais, que têm seu valor mais desatualizado, terão, sim, um incremento, mas dentro do que preceitua a justiça tributária, que é a atualização desse valor venal.

Vou concluir dizendo que alguns colegas ainda dizem que nós debatemos pouco e que o processo está açodado. O projeto é quase o mesmo do ano passado, nós debatemos aqui até muito tarde da noite durante muito tempo. Fizemos uma Comissão Especial, que deve apresentar um relatório amanhã, fizemos quatro reuniões regionais da Câmara, mais esta audiência pública. O Executivo Municipal fez oito reuniões regionais, duas reuniões do Conselho do Orçamento Participativo e dezenas de reuniões com entidades representativas. Acredito que está bastante maduro para que possamos tomar uma decisão, independente do resultado que se tenha. A bancada do PTB vai votar com as suas emendas pela aprovação do projeto e com as correções que se fazem necessárias. Obrigado, um grande abraço a todos.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Quero saudar a presença do nosso ex-Deputado Federal, ex-Chefe da Casa Civil, o Dr. Luís Roberto Ponte. Seja bem-vindo! O Sr. Pedro Cláudio Pandolfo está com a palavra.

SR. PEDRO CLÁUDIO PANDOLFO: Cumprimento o Presidente e as demais autoridades presentes, senhores e senhoras; é difícil, numa época de política como está sendo hoje, a gente vir defender um aumento tributário, mas vou me apresentar um pouco. Tenho uma vida de comunidade na associação do bairro há 32 anos. Sou empresário e sei o que é pagar imposto, pois pago bastante, mas há muitos anos as coisas vêm sendo empurradas com a barriga, e a gente pedindo cada vez mais para o órgão público para a correção das ruas, das escolas. Hoje chegamos ao fundo do poço, porque não temos recursos. Por tudo isso eu aprovo, porque alguma coisa tem que ser feita, alguma coisa tem que ser enxergada um pouco diferente do que a gente vinha fazendo há muitos anos. Eu vou voltar aqui a esta tribuna porque eu tenho imóveis e quero ver se eles vão baixar o preço, porque eu acho eles muito caros pelo que estou pagando hoje. E vou cobrar do nosso Prefeito, do nosso Secretário e daqueles que fizeram o projeto. Oxalá permita que nós possamos, com esse aumento – que não é um aumento, é um equilíbrio –, ter recursos financeiros para que possamos fazer uma Porto Alegre melhor do que está. Eu sinto muito em dizer que não é hora de nós fazermos esse projeto; poderia, sim, ser em outra época, mas estamos aqui dando o nosso nome, a nossa opinião num momento difícil do Brasil, do Estado, do Município. Nós, como cidadãos porto-alegrenses, temos a responsabilidade de cobrar, futuramente, se deu certo ou não deu certo. Quero pedir aos Vereadores presentes que possam também pensar, raciocinar um pouco, ver as suas comunidades. Eu venho de uma comunidade que tem dificuldade, sei o que são as pessoas carentes, que trabalham há anos em cima, e vemos aqueles que têm imóveis, como a gente vê, no Moinhos de Vento e em outros bairros, não vamos aqui nominar os locais, pagando impostos muito baixos. Muito obrigado pela paciência de me ouvirem e vamos em frente! Esta Casa é para isso, esta Casa é nossa, é de todos os porto-alegrenses. Obrigado a todos.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Sr. José Reinaldo Ritter está com a palavra.

SR. JOSÉ REINALDO RITTER: Boa noite, Presidente; boa noite, Secretário; boa noite a todos. Eu estou aqui representando a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Seção Rio Grande do Sul, cuja sede é em Porto Alegre. Nós fizemos um estudo dos nossos

estabelecimentos comerciais de Porto Alegre, o Governo diz que não houve aumento do IPTU nos últimos anos, e, pelo nosso cálculo, teve um aumento de 54% desde 2013, sendo que a inflação foi de 35%. Então nós tivemos um aumento real de 20%. Dentro dessa nova tabela, desse simulador que está sendo apresentado, nós vimos com surpresa que nós teríamos um alívio durante quatro anos, mas no quinto ano nós teremos um aumento de 100%, o que é insustentável. Nós já pagamos 2,5% de faturamento para o IPTU; nesses cálculos, nós passaríamos a pagar 5% do nosso faturamento. As nossas ocupações estão muito difíceis, nós estamos abaixo de 40% na nossa Capital. Surgiram muitos hotéis nos últimos anos, desde a Copa. Fecharam mais de 20 estabelecimentos comerciais de hotelaria, que tiraram a bandeira de hotelaria e se tornaram apartamentos normais, apartamentos de aluguel, o que acarreta também menos ISSQN para a Cidade. Então a gente gostaria que muito fosse revisto, principalmente nestes cinco anos próximos, porque esse aumento absurdo vai ser insustentável para a nossa cadeia. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado ao Sr. José Reinaldo Ritter, que falou pelo Sindicato dos Hotéis de Porto Alegre. A próxima inscrição, a quarta da lista dos que são a favor, é do Sr. Dinar Melo de Souza, da coordenação do OP. O senhor tem três minutos, por favor, Sr. Dinar.

SR. DINAR MELO DE SOUZA: Boa noite, Presidente, Secretário da Fazenda, Vereadores, líderes comunitários, entidades, presidentes de associações que estão aqui hoje. O meu amigo, Ver. Mauro Zacher, sou a favor, Mauro. É brincadeira, estou falando porque o Mauro é meu amigo. Hoje é meio difícil a gente estar ouvindo das pessoas que o debate deste projeto não foi discutido na Cidade. Eu quero dizer para vocês, para alguém que não acompanhou, que este projeto foi discutido nas 17 Regiões de Porto Alegre com todas as lideranças comunitárias, com os Conselheiros de Porto Alegre, e nós concordamos que esse projeto, com as mudanças que têm que ser feitas, porque eu quero dizer para vocês que nós pensamos na Cidade, nós não estamos preocupados conosco. Nós temos que olhar os muitos Vereadores e candidatos hoje na Cidade que são contra este projeto, eles estão se preocupando com a próxima eleição. Eu quero dizer que, na comunidade, pelo que a gente tem conversado para votar, vão votar em quem

aprovou esse projeto, porque nós precisamos que a nossa Cidade cresça, que a nossa comunidade pague os valores que são merecidos. Eu quero perguntar para vocês, Vereadores Mauro Zacher, Cassio Trogildo, André Carús e os outros que me conhecem bem, se acham justo as igrejas, essas redes de indústria e comércio... eles não querem pagar IPTU. Eles estão reclamando, mas acham justo eu, lá em Belém Novo, pagar o mesmo valor de quem mora no Iguatemi. Eu acho que não é justo, pessoal. Nós temos de pagar o que é. Nós precisamos readequar esse imposto na Cidade. Mais uma vez, quero falar: dizer que não foi discutido na Cidade, que a comunidade não conhece esse projeto não é verdade. A comunidade conhece, e nós temos que aprovar. Peço mais uma vez para os Vereadores. Não adianta eu vir aqui dizer para vocês tudo o que Secretário já falou, todo mundo já sabe a situação e o que é o projeto. Eu vou entregar agora para o Presidente um relatório do que a Coordenação do Orçamento Participativo decidiu e foi aprovado. Eu gostaria que o Presidente lesse esse documento. Quero dizer que diálogo não quer dizer, necessariamente, concordar. É a sabedoria de ouvir e respeitar todas as opiniões. Peço, encarecidamente, para os Vereadores que olhem para a nossa Cidade e que aprovem esse projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, vou ser o mais breve possível, porque a audiência pública possibilita que as pessoas possam vir aqui manifestar suas posições em relação a esse projeto, que mexe com a vida de todos nós e com a economia da Cidade. Por isso a relevância dele e a dificuldade, o que motiva alguns pedirem mais tempo para que possam conhecer mais o projeto. Aliás é uma das questões que nós mais temos cobrado na Comissão do Plano Diretor, é justamente a pouca transparência, pois se aprovarmos o projeto como está, é como se estivéssemos aprovando um cheque em branco. As pessoas realmente não sabem o valor venal de seus imóveis; a gente sabe, mais ou menos, como a Fazenda calcula, e pedimos para que a Prefeitura fizesse. Eu, inclusive, fiz, e as pessoas que entraram nas minhas redes sociais, através do Facebook, vão conseguir simular o impacto deste IPTU, que não é somente para 2019; mas para 2019, 2020, 2021, e em 2022 o valor vai ao teto, fora a correção monetária que tem todo

ano e que todos nós já percebemos. É importante essa questão que o Governo disse que ainda vai fazer e que nós todos aguardamos. Nós podemos aqui lembrar, pela história recente, que qualquer tipo de iniciativa que os governos têm feito em relação a aumento de impostos, porque não traz resultado para o caixa; ao contrário, o IPTU é bem provável que traga uma grande inadimplência. Basta a gente olhar as prefeituras que estão com dificuldades no entorno, que implantaram a mesma política fiscal, e tiveram um aumento na inadimplência. Nós sabemos o quanto é penoso, porque o IPTU é diferente dos outros impostos – aliás, ele é incomparável com o IPVA –, desculpe, Secretário, mas acho que é uma comparação que V. Exa. não deveria fazer, pois estamos falando de bens diferentes. Aliás, não há como se consumir menos IPTU, chega no final do ano e temos que pagá-lo, e nós sabemos o quanto isso impactará no nosso comércio, na nossa economia. Enfim, vocês sabem da minha posição contrária ao projeto, não só no ano passado, quando enfrentamos aqui e derrubamos no plenário, como também quando fomos à Justiça, no final do ano, e conquistamos uma liminar. O Governo gostaria de votar, pela segunda vez, a mesma matéria no mesmo ano legislativo. Outra coisa importante a lembrar é que temos uma dívida ativa de R\$ 2 bilhões no Município, são quase R\$ 800 milhões de dívida de IPTU. Embora a Fazenda tenha feito, ao longo dos anos, um serviço que, inclusive, seja referência para outras Capitais, é necessário que a gente continue nesta lógica, de tentar resgatar um pouco desse passivo, dessa dívida, para que a gente possa equilibrar as finanças, pois neste momento, todos nós sabemos, há um desequilíbrio entre as despesas e as receitas. Agora, é importante lembrar também que se fôssemos olhar o nosso IPTU em relação às Capitais do Brasil, evidentemente que estamos um pouco abaixo da média, embora não seja um cálculo fácil comparar Porto Alegre com outras Capitais. No entanto, em relação à arrecadação municipal de todos – ISS, ITBI, IPTU e demais impostos –, a arrecadação *per capita* de Porto Alegre está acima da média. Ou seja, se fizermos essa atualização do IPTU, que todos sabem que o objetivo do governo é arrecadar mais, é aumentar os impostos da Cidade, nós estaremos aumentando uma média de tributos municipais que já é acima da média do Brasil. Qual o nosso problema? Nós temos uma economia desaquecida que trouxe impacto direto, nós somos dependentes de repasses da União e do Estado. E, desde 2014, nós perdemos na ordem de R\$ 200 milhões. Ora, meus amigos, neste momento de crise, quando a gente passa por avenidas tradicionais, com lojas de comércio abandonas, fechadas, para alugar, onde

nós temos um desemprego na ordem de 14 milhões de brasileiros. Vejo aqui lideranças comunitárias, que têm a expectativa de que aumento de receita possa trazer investimento, melhorias. Todos nós queremos, nós queremos que o OP volte. Aliás, eu gostaria que o Prefeito viesse a esta tribuna e dissesse aquela frase que ele disse que as mudanças não serão feitas pelos joãos e pelas marias e, sim, pelas elites. Se o Prefeito está preocupado com o Orçamento Participativo, com as nossas comunidades, eu acho que nós temos caminhos e soluções muito melhores. Basta termos um pouco menos de arrogância e querer escutar e querer buscar experiências que deram certo em outras cidades e que foram muito mais exitosas no campo da política fiscal. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Mauro Zacher. Quero esclarecer a todos os próximos que irão falar que, se tiverem alguma manifestação por escrito, leia no seu período. Eu quero dizer, com todo o respeito ao Dinar, que indefiro a sua solicitação, porque não tem como cumprir. Porque, se o Dinar usar os seus três minutos e pedir que o Presidente leia mais uma lauda de documento, na verdade, não serão três minutos, mas os três minutos da sua manifestação mais o tempo da minha leitura. Então, o tempo que cada um tem na tribuna, e de agora em diante fica esse esclarecimento, é o tempo que possam ler o documento trazido.

Vereador Cassio Trogildo (PDT) Sr. Presidente, que fique consignado nas notas taquigráficas da Audiência o documento entregue pelo Dinar.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Cassio, não só pode ficar, como vou sugerir o seguinte: nós temos mais cinco pessoas inscritas, todas do OP, assim como ele. Se é uma manifestação do OP, as pessoas que o sucederem, podem, tranquilamente, utilizar os três minutos para ler, se assim quiserem.

O Sr. Hendel Machado está com a palavra.

SR. HENDEL SOBROSA MACHADO: Obrigado pelo tempo. Boa noite a todos. É muito importante discutirmos aqui em Porto Alegre a questão do IPTU, porque, quando se fala em nível de País, nós tivemos uma exaustão da carga tributária. As empresas estão sofrendo bastante, e o IPTU nada mais é do que mais uma forma de carga tributária, só

que é uma forma de carga tributária que já é progressiva, ela já vai numa base percentual em cima do valor venal do imóvel. Eu acho que nem isso é justo. Falou-se em justiça tributária; a justiça tributária seria que cada um dos residentes de Porto Alegre contribuísse na sua igual parte por receber um serviço igual da Prefeitura. Então, todos nós recebemos o mesmo serviço, todos nós deveríamos contribuir da mesma forma, não há justiça tributária quando se fala em alíquotas proporcionais, e o IPTU já é proporcional, já é 0,85%, já é 1,1%, já é proporcional ao valor do imóvel.

Agora, o que se fala sobre alíquota progressiva, para mim, parece um absurdo, porque é o progressivo ao quadrado. Nós estamos dobrando a progressividade, fazendo com que certas pessoas paguem nada, enquanto outros paguem tudo; é tirar de um para dar para o outro. Este é o Estado que nós queremos? Este é o Município que nós queremos? Aquele que rouba do rico para dar para o talvez pobre, porque uma pessoa que tem um imóvel pequeno, ou uma posse – porque uma posse entraria talvez no valor baixo –, não necessariamente é pobre. Então todas essas pré-concepções de que quem tem propriedades mais valorizadas necessariamente é rico, e quem tem propriedades menos valorizadas necessariamente é pobre são alguns dos problemas que a gente está enfrentando ao ver essa questão. Essa não é uma questão de justiça tributária; é de aumento de arrecadação, pura e simples, através de uma progressividade ao quadrado, que eu diria que não é nada mais nada menos do que o socialismo. Isso é socialismo! A gente precisa falar com as palavras claras. Tentar fazer uma progressividade ao quadrado, aumentar o imposto sobre uns, para tentar equalizar uma sociedade, que é desigual e por isso evolui, é uma tentativa de implantar o socialismo em Porto Alegre. Os Vereadores que vão votar esses projetos se consideram socialistas? Eu espero que não! Então, não votem um projeto de base socialista, com cunho socialista, apresentado por um Governo que eu não esperava que fosse apresentar projetos socialistas, mas está apresentando. A gente quer uma Prefeitura que impulse o mercado, que atraia mais empresas, porque, com mais empresas e menos proporcionalidade, com um percentual menor, com mais empresas contribuindo e gerando riquezas, assim aumentaria também a arrecadação do Município sem matar a economia, gerando mais empregos, gerando mais renda para todo mundo. Eu friso, ainda, para finalizar, que o pobre deve exigir a regularização fundiária. É isso que é importante, que também aumentaria a conta do IPTU. Muito obrigado pelo tempo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Hendel. O Ver. André Carús está com a palavra.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Boa noite, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que comparece hoje aqui a esta audiência, que é importante para que nós possamos encerrar um ciclo de aprofundamento do debate sobre a revisão da planta do IPTU que vem sendo realizado por parte do Poder Executivo, que percorreu as regiões do Orçamento Participativo na Cidade, e pela Comissão Especial desta Casa, da qual sou Vice-Presidente, o Ver. Mauro Pinheiro é Presidente e o Ver. Nedel é Relator. Isso já avançou muito em relação ao outro projeto que foi rejeitado aqui nesta Casa, porque a rejeição da primeira versão da revisão da planta do IPTU, fundamentalmente, se deu pelo atropelo com que a matéria chegou até aqui, pela incapacidade de o Executivo, à época, apresentar as razões pelas quais a revisão da planta era a única solução para o problema de caixa e das receitas do Município. Vamos falar em receita. No final de 2017, a Prefeitura – e não sou eu que digo, é a própria Secretaria Municipal da Fazenda que informa esses dados – bateu recorde de arrecadação em relação ao ISS. A partir das informações da própria Prefeitura, R\$ 188 milhões ingressaram nos cofres municipais. Dizem que o Vereador que votar contrário ao projeto de revisão da planta do IPTU estará faltando com a Cidade ou com o Governo. Eu recupero aqui alguns projetos que nós já votamos em favor da Cidade, em favor de mais receitas, em favor do corte de despesas e, por consequência, em favor de melhores obras e serviços, sobretudo naquelas comunidades que mais necessitam. Eu fico muito tranquilo porque não deixei déficit nenhum de atendimento às comunidades, quando fui do Executivo. Fico muito tranquilo em relação a isso e quero aqui dizer sobre a reforma administrativa: votamos a favor nas duas etapas da reforma que extinguiu 22 Secretarias no Município. O próprio Prefeito diz que essa redução de órgãos públicos representou uma economia que ultrapassa os R\$ 500 milhões. Foi esta Casa que aprovou senão não teria uma economia de R\$ 500 milhões. O Refis, que é a renegociação com os devedores do Município, já hoje representa cerca de R\$ 60 milhões em acordos feitos. Quem aprovou o Refis, projeto do Executivo? Esta Casa. Então, estou falando aqui em quase R\$ 700 milhões. Mesmo assim, o Governo mandou para cá um orçamento, que votamos e aprovamos, com um

déficit de R\$ 700 milhões. Primeira questão que quero aqui reforçar: eu não acredito que o projeto que estamos discutindo aqui deva continuar tramitando em regime de urgência. Segundo, não pode tramitar em regime de urgência porque o cidadão que não está tão apropriado sobre o conteúdo desse projeto – que não é o caso de vocês, vocês já vêm discutindo, já vêm se interessando, vêm conhecendo o tema –, mas a maioria dos cidadãos ainda não teve acesso ao simulador, que ele pode consultar quanto deverá pagar em caso de aprovação da revisão da planta, ele não sabe. Isso é uma caixa-preta ainda, porque, como bem disse o Ver. Cassio Trogildo, reduz a alíquota, tem redução, sim, das alíquotas, mas a base do valor a ser cobrado não está aí, é o valor venal. Se nós olharmos, entrem no *site* da Câmara, acessem o projeto, tentem ali identificar nos anexos do projeto se vocês conseguem calcular o valor venal do imóvel, que é o que vai embasar a cobrança do tributo a partir da revisão da planta. Tentem! Vejam se encontram as ruas em que moram, encontrem os locais onde os parentes de vocês moram. Impossível! Nós não vamos hoje fazer com que o relatório, que o nosso nobre colega Ver. Nedel vai submeter amanhã – ainda brinquei com o Ver. Nedel: boa madrugada de trabalho! –, porque as contribuições que viram aqui hoje, e o Ver. Cassio, inclusive, pediu que fosse incluído nos Anais da Casa e nas notas taquigráficas, tudo isso vai para o Relatório. Se nós votarmos, e já concluo, Presidente, o IPTU amanhã, ou até 30 de setembro, que é o prazo de 90 dias, caso ele seja aprovado, dá no mesmo. Não é por falta de discussão, é porque ainda é preciso avançar nos mecanismos de transparência, para que a sociedade compreenda melhor o tema e que esse não seja um projeto de arrecadação só para um governo, ou para três anos, mas que ele se prolongue no tempo e que a Cidade ganhe, e não os projetos de poder de um ou de outro governo. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Convido a Sra. Liane Antônio Souza Farias, Conselheira do OP, a ocupar a tribuna.

SRA. LIANE ANTÔNIA SOUZA FARIAS: Boa noite a todos, boa noite à Mesa, meu nome é Liane, moro na Ilha Grande dos Marinheiros; votei a favor do projeto, porque já existe uma desigualdade enorme com as ilhas, então, eu acho que Porto Alegre tem que crescer, não ficar para trás de outras cidades, porque a desigualdade é tão grande, tão grande que quem não aprova esse projeto são pessoas que estão pensando no seu

umbigo, pessoas que têm dinheiro, que não querem pagar o que é justo. E as nossas comunidades, o que elas querem é justiça, que seja justo, tem que ser cobrado o justo pelo justo, não a periferia ter que pagar ainda pelos poderosos. Na época de campanha, eles vão lá e pedem: “Ah, Porto Alegre tem que ter uma mudança!”. A gente quer uma mudança para melhor, não para pior. Eu penso que quem dos Vereadores é contrário é porque está pensando nos seus empresários, nas suas campanhas, não está pensando em nós, lá das ilhas, de outras comunidades. Precisam ser justos, porque a desigualdade é tão grande que a gente só é enxergado nas comunidades em campanha. Fora das campanhas, vêm com esse papinho xarope aqui, entendeu? Vocês deveriam ter vergonha quando falam essas coisas aqui, porque vocês deveriam pensar em nós, que votamos em vocês para estarem aqui para nos defender. Eu acho que tem que ter, sim, uma mudança bem grande em Porto Alegre, se a gente quer uma Porto Alegre melhor. Não interessa falar que é do Governo, não é deste Governo, isso aí já é de governos passados. Então, eu acho que a gente tem que melhorar, sim, Porto Alegre, e não piorar; tem que melhorar bem mais, e os Vereadores que estão contra, deveriam ter vergonha de botar o pé no barro depois lá para pedir voto. É isso aí. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Sra. Liane Antônia Souza Farias, Conselheira do Orçamento Participativo. O Sr. Eric Seitz, corretor de imóveis, está com a palavra.

SR. ERIC SEITZ: Ba noite, Presidente Nagelstein; Secretário Busatto; acompanhei todas as audiências públicas e as comissões aqui na Câmara de Vereadores. Eu reconheço que este projeto tem alguns vícios, alguns que não compreendo. Sei que a última apresentação foi feita em 1991, três anos após a nossa Constituição de 1988, acho que foi feito com alguns detalhes que poderiam ser alterados, por exemplo: se for aprovado o projeto do modo como está, vai ser feita uma demanda geral que irá simplesmente valorizar ou diminuir todos os imóveis de Porto Alegre num simples programa de computador, que fará uma avaliação genérica, não vai avaliar especificamente, apenas gerando um boleto para cada cidadão desta Cidade. Esse erro pode ser corrigido. Eventualmente, alguns irão sofrer, e eu já sei de alguns. Então, para fazer isso, o Secretário Busatto informou que será aberto um procedimento administrativo, mas o

procedimento administrativo poderia ser feito pelo quadro funcional efetivo do Município, lotado no Registro de Imóveis, que emitiria um laudo onde dissesse que o imóvel foi realmente lotado num valor a maior. Mas esse laudo aqui só pode ser feito por funcionários do Município. Existem na nossa sociedade engenheiros, arquitetos, corretores de imóveis, peritos avaliadores que podem também emitir o laudo de avaliação imobiliária, mas pelo projeto de lei – este projeto que está sendo debatido aqui – isso não é permitido, que os laudos desses profissionais da iniciativa privada possam ser reconhecidos, tornando toda a sociedade civil refém do tempo e da disponibilidade dos servidores públicos. Não há necessidade disso, isso poderia ser alterado, e não vi nenhuma emenda propondo isso. Ademais, o tributo, o IPTU e um dos seus indexadores é a divisão fiscal. No atual projeto do IPTU, o Poder Executivo, por livre decreto, sem passar pela Câmara de Vereadores, pode alterar as divisões fiscais e quem estiver, geralmente nas periferias por 3ª Divisão Fiscal, se, por exemplo, o Executivo alterar as ruas para 1ª Divisão Fiscal, à revelia dos Vereadores, irá majorar tributo por consequência, pois faz parte do cálculo. Creio que deveria, por instrução básica, ter uma emenda para que as alterações das Divisões Fiscais fossem feitas por lei e não por decreto do Executivo.

Sobre a ideia de perseguição dos ricos aos pobres, vou explicar uma coisa que até agora não ouvi nenhum Vereador informar: não é só quem tem a propriedade dos imóveis os que são cobrados pelo IPTU; quem tiver o domínio útil, o usufruto, há uma matrícula envolvida no imóvel, mas o que só têm a posse, a Prefeitura pode e deve cobrar IPTU; não o faz em alguns casos, porque não foi lá conferir. Então, creio que só deveria ser cobrado IPTU de imóveis que têm matrícula, para que os que não possuem, seja entregue a matrícula e a posse da propriedade e, então, ser cobrado o IPTU. Grato.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Sr. Eric Seitz, Corretor de Imóveis e Perito Avaliador, que tem participado de todas as audiências públicas, mostrando-se um cidadão interessado nas coisas da Cidade. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sr. Presidente; todos que nos acompanham nesta noite, até não me manifestaria, mas depois de ouvir aqui algumas pessoas, eu não

podia me furtar de vir aqui, pelo seguinte: eu gosto muito de aprender, é meu primeiro mandato, vocês sabem, o ignorante afirma, o sábio duvida e o sensato reflete. Isso é de Aristóteles. E eu, refletindo e ouvindo algumas pessoas que falaram, não posso me furtar de dizer aqui algumas coisas: em primeiro lugar, eu respeito todas as opiniões divergentes em toda a minha trajetória de vida – não política, de vida. Tentar compreender os argumentos, as defesas individuais, porque a dor que mais dói, é a dor que a gente sente. Ninguém pode avaliar a dor do próximo da maneira correta e justa. Então, ouvindo aqui algumas frases – eu respeito as frases ditas –, eu quero deixar claro que quando foi falado sobre o Prefeito ter usado a frase “não é o Seu João ou a Dona Maria, mas as elites que vão decidir o futuro”, eu refleti que isso tem várias interpretações. Para mim, me desculpem, sem nenhuma demagogia, o que a gente mais tem nas cidades do Brasil são pessoas que não participam, que se omitem a participar de uma reunião como esta, numa noite fria como esta. Pessoas que avaliam tudo pelas redes sociais e não se debruçam em leituras e debates construtivos. Então, eu tenho uma coisa para dizer: O João e a Dona Maria que estão aqui, para mim, são as elites. (Palmas.) O raso, a pessoa que, infelizmente, não tem acesso talvez à cultura, à educação, é o normal. As pessoas que estão aqui, elas estão aqui debatendo, defendendo as suas opiniões democráticas, elas são a elite desta Cidade. E as pessoas que estão aqui representando as suas comunidades carentes, elas estão aqui defendendo a sua vida. Eu tenho que dizer uma coisa muito séria aqui sobre isso: eu caminho nesta Cidade. Nesta semana, eu estive no Guapuruvu e vi uma senhora falar dos seus lamentos, do quanto ela achava injusta a cobrança. A gente foi descobrir que, inclusive, a residência dela não vai ter, na realidade, apenas isenção, ela vai ter uma melhoria de vida na sua condição psicológica de saber e entender. E eu passo: isso é injusto? Eu ouvi um aqui dizer que isso é injusto, que o Governo é socialista. Só um pouquinho, gente, só um pouquinho! Eu tenho outro princípio que eu sigo na minha vida, também é do mesmo pensador que eu citei ao abrir minha palavra, e vou encerrar com ele. Aristóteles, o mesmo pensador, o mesmo grande homem, dizia o seguinte: “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”. Eu não posso tratar uma comunidade carente, que não tem esgoto tratado, que não tem acesso a nada, que está longe – que vai ter seu IPTU reduzido, sim, e o simulador vai comprovar isso –, com as pessoas que estão aqui, morando num apartamento de R\$ 1 milhão, num apartamento de R\$ 700 mil,

que tem todas as suas condições. Todos nós sabemos que a revisão da planta precisa ser feita há quase 30 anos, todos nós sabemos que a Prefeitura de Porto Alegre está em último lugar, pelo Tesouro nacional, nas suas contas. Agora, eu não podia deixar de dizer aqui, algumas pessoas defendem, trazem mapas, dizem: “Moisés, o Prefeito está privilegiando, com este projeto, as pessoas que não votaram nele, que votaram no PT, que votaram no PMDB!” Isso é a maior prova de que o projeto não é para este partido ou para este governo, é realmente para os futuros Prefeitos, para as comunidades voltarem a ter recursos, inclusive no Orçamento Participativo, que nós sabemos, como na Lomba do Pinheiro, que tem demandas que não adianta se reunir, mobilizar essas pessoas para irem nas noites votar se não tem dinheiro para fazer. Então, me desculpe; existem algumas pessoas que vão ter seus reajustes, sei que é a dor delas e elas vão ter que lutar pelo que elas acreditam, mas há muitas pessoas que estão há muito tempo pagando menos do que deveriam enquanto várias e várias centenas de milhares de pessoas estão pagando a mais do que devem. Eu vou ficar defendendo e lutando pelos que infelizmente estão pagando a mais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Sra. Orlei Maria da Silveira, Conselheira do OP, está com a palavra.

SRA. ORLEI MARIA DA SILVEIRA: Boa noite aos componentes da Mesa e demais presentes que aqui estão nesta noite fria. Eu não votei no Sr. Marchezan, não sou hipócrita de dizer que votei, mas concordo com este projeto que está na Câmara de Vereadores. Eu fui moradora do bairro Moinhos de Vento, eu fui moradora do bairro Cidade Baixa e hoje moro no bairro Moro Santa Tereza. Por que será que estou lá? Acho que eu deixaria esta pergunta para vocês ficarem pensando. A sociedade vai empurrando aqueles que não querem que estejam onde nós deveríamos estar. Este projeto não é para mim; eu não luto, eu sou uma militante da comunidade, mas não sou uma militante só da comunidade, sou de Porto Alegre. Eu trabalho no Moinhos de Vento, cuido da Cidade como um todo. Eu acho que a Cidade merece que todos nós olhemos para ela e não para nós, só em volta da nossa casa. Eu acho, sim, que se os Vereadores hoje estão lutando por este projeto, não é para agora, não é para o ano que vem, não é para o Marchezan estar aqui quando este projeto começar a valer. O Marchezan não vai estar aqui; pode até

ser um de vocês o Prefeito desta Cidade, e querer lutar por essa melhoria. Então vamos pensar direitinho, vamos raciocinar, vamos olhar para as vilas, vamos olhar para aquela população. Eu ouvi falarem: “Família pobre” – eu ouvi falar na palavra pobre. Acho que pobre é de espírito, porque pobreza não é defeito para ninguém. Pode ser pobreza, sim, mas ter dignidade é uma coisa completamente diferente. Quando se referir à população carente, que luta por melhorias, que abre mão da sua dignidade para ajudar a Cidade, é justo que outros também façam isso, unam-se e lutem todos juntos. Este projeto já está há anos na Câmara de Vereadores, e ainda não foi votado por quê? Por que será que não passa, por que será que as pessoas não querem pagar? O meu imóvel vale R\$ 40 mil e eu vou sair do IPTU, se eu for pagar, e pago. Então, vamos, gente, vamos botar a mão na consciência, vamos ser menos políticos e vamos ser mais honestos com a população de Porto Alegre. Porto Alegre está abandonada, Porto Alegre está largada às traças. Não é por nossa causa que Porto Alegre está desse jeito, talvez seja por causa desta Casa, que às vezes tem empecilhos para lutar pela população. Obrigada a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É óbvio que todo e qualquer cidadão tem o direito de vir à tribuna e fazer suas afirmações e expressar o que vai no seu coração, o que vai no seu sentimento. Mas eu só me permito dizer, na condição de Presidente desta Casa, que tenho certeza absoluta de que Porto Alegre não está na situação que está – infelizmente é uma situação muito ruim –, por força ou por causa desta Casa. Eu tenho visto e acompanhado, inclusive hoje aqui é mais um testemunho disso, nós temos trabalhado e ajudado Porto Alegre a superar os seus entraves, os seus problemas. Então, esta Casa sempre será uma porta para se encontrar soluções; nunca será um entrave para que a gente não encontre saídas, alternativas e não melhore. Cada um dos 36 Vereadores que está aqui é porque ama a Cidade, é porque trabalha por ela, porque se dedica a ela, e tenho certeza que este Presidente é um destes. Eu amo Porto Alegre, dedico-me a esta Cidade, tenho vida pública por ela, e não é pela Câmara de Vereadores, que, infelizmente, a Cidade está do jeito que está. Mas eu agradeço a sua fala, compreendo a sua manifestação. Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Leonardo Homrich Granzotto está com a palavra.

SR. LEONARDO HOMRICH GRANZOTTO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu escutei o Secretário Busatto comentar bastante sobre injustiça e o vi detalhar vários números, parecia quase Ciro Gomes – números para cá, números para lá, tentando explicar uma coisa que o nosso Ver. Cassio Trogildo disse ser estranho: a redução da carga tributária com aumento de arrecadação. Não é estranho! Isso é mentira! Não existe como isso acontecer, isso é mentira, senhores! O Governo, a nossa Prefeitura estará tirando dinheiro de nós, cidadãos, nos próximos anos, para colocar nessa caixa-preta ou nesse “buraco negro”, que é o setor público, infelizmente. Eu gostaria de comentar uma coisa, está lá meu relógio: dois minutos, começam em 3 minutos; os nossos políticos aqui em uma noite aberta, começam em cinco minutos. Então, a nossa palavra já começa um pouco menor e o nosso dinheiro, quando for parar dentro da Prefeitura, vai ficar cada vez menor. Senhores, nós temos que considerar que esses, segundo o Secretário Busatto e o que eu li numa publicação, são R\$ 68,3 milhões que sairão dos bolsos de todos nós, porque nós sabemos muito bem onde gastar e para a Prefeitura, falta dinheiro para o Orçamento Participativo. Mas eu aposto que eles estão gastando em outras coisas. Isso some! Não é tirando mais dinheiro das pessoas, que vão gastar no supermercado, que vão gerar emprego, que sabem o que fazem com o seu dinheiro, que se vai solucionar o problema da Prefeitura ou o problema do cidadão em qualquer lugar de Porto Alegre. Então, meus amigos, o que eu gostaria de dizer é que eu acredito, sim, que é necessária uma revisão da nossa matriz tributária, mas jamais que essa revisão passe por um aumento da carga tributária, um aumento da quantidade de dinheiro que sai do bolso de vocês para o bolso da Prefeitura. Jamais! Jamais! (Palmas.) Esta proposta, na minha opinião, é imoral, covarde e, acima de tudo, injusta. Injusta com todos, injusta com quem trabalha, com quem bota dinheiro suado no seu bolso; dinheiro saindo de quem produz para quem gasta. É só isso, não vou utilizar todo o meu tempo. Agradeço a todos e acredito que o nosso problema não está só em Brasília, está aqui também no nosso Rio Grande do Sul e na nossa Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Leonardo Homrich Granzotto. A Sra. Jurema Barbosa Silveira está com a palavra.

SRA. JUREMA BARBOSA SILVEIRA: Boa noite a todos; à Mesa. Senhoras e senhores, quem vai falar aqui é a pessoa que mais briga com o Nelson Marchezan: a gente se detesta, mas, quando uma coisa é boa para a Cidade, a gente reconhece. É muito fácil chegar aqui e dizer “A nossa Porto Alegre”. Eu amo Porto Alegre, mas temos que abrir mão e aceitar que Porto Alegre necessita, hoje, senhoras e senhores, deste projeto. Porto Alegre, há muitos anos, vem sofrendo com as consequências de não ter dinheiro; Porto Alegre, há muitos anos, fica no vermelho. E sabem por quê? Pela diferença. Quando se diz “Porto Alegre de todos”, não é verdade, Vereador. Porto Alegre é de um grupo de pessoas; pessoas essas que não ajudam a construir Porto Alegre. Vários dos meus colegas aqui se manifestaram e disseram assim: “Somos conselheiros do Orçamento Participativo”. Então, eu vou dizer para esses cidadãos que estão hoje aqui defendendo o seu direito, que nós, como foi dito, os pobres desta Cidade, trabalhamos 365 dias por ano, todas as noites de reunião, para ajudar a construir Porto Alegre, sim!

Essas pessoas que se manifestaram aqui com o “Eu amo Porto Alegre”, eu nunca vi, Sr. Vereador, em nenhuma reunião do OP, em lugar nenhum defendendo Porto Alegre e hoje estão aqui defendendo a sua rede de hotel. Vocês pensam que é o Vereador quem bota o asfalto na frente dos hotéis de vocês, não é verdade! As demandas saem do Orçamento Participativo, da comunidade pobre e são aprovadas pelo OP. E aquilo que o OP aprova, acontece. Há 28 anos esta Cidade tem cara, tem papel, e tem caráter, chama-se Orçamento Participativo! (Palmas.) Infelizmente, quando chega em época de campanha, tem Vereador que usa o Orçamento Participativo para se eleger.

Meus parceiros, marquem cada um que estava aqui e cada um que não veio aqui, que fez o papel de avestruz. Ele não vem aqui, porque ele não fala, ele não se queima nem conosco, nem com o outro lado. Isso é ruim para Porto Alegre. Então, está na hora de termos posição e caráter, sim! Eu não votei no Marchezan, e todo mundo sabe, toda a vez que a gente se encontra, a gente se enfrenta. Mas este projeto não é para agora, ele é para daqui a muitos anos, e em 2021, talvez eu nem esteja mais nem morando em Porto Alegre. Vai ser onde o próximo Vereador, Sr. Mauro Zacher, talvez seja o senhor, que há tanto almeja a Prefeitura, seja o Prefeito. Talvez eu vá fazer campanha para senhor ou não – depende. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Jurema. O Sr. Geraldo Bertolo, representante da Associação do Jardim Europa, está com a palavra.

SR. GERALDO BERTOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cheguei aqui preocupado e confesso que sairei mais preocupado ainda. Porque, na verdade, sobre este projeto, sequer os Vereadores, que já o estudam há mais de um ano, conseguem dizer qual o valor venal do meu apartamento e dos senhores. Eu vi a fórmula, ela é complexa e tão difícil que sequer os Vereadores e suas assessorias conseguiram decifrar isso. Então, nós somos contra, porque não está claro como é que nós vamos chegar ao valor venal. Não adianta ter uma lei progressiva e dizer que diminui a alíquota, se eu não sei a base de cálculo em que eu vou aplicar essa alíquota; eu preciso saber disso pra dizer se concordo ou não. Eu não sei se concordo ou não com este projeto, porque ele não me diz nada! Diz que eu vou ter um valor venal que eu não sei, e não consigo calcular quanto seria isso. Esse é um problema. E o segundo problema é que uma via de uma mão só: sempre os mesmos pagam a conta. Então o ideal seria que todos, na proporção do que cada um tem, ajudassem Porto Alegre. E mais: e a despesa? Cadê? Vamos cortar a despesa também, vamos fazer um ajuste. Eu acho que as coisas têm que caminhar juntas. O que a gente sempre discutiu e até hoje não veio à tona é esse simulador. Se a gente tivesse um simulador confiável que pudesse dizer: “Olha, com esta fórmula aqui você chega exatamente no valor venal que a Prefeitura vai aplicar”. Tudo bem. Mas no nosso bairro, por exemplo, tem apartamentos sendo negociados hoje, construtoras que estão entregando agora os condomínios. Pela tabela que o Secretário apresentou, o aumento médio do IPTU, lá no bairro, será de 74,62% em cima de um valor atualizado. O nosso bairro não está defasado há 27 anos; o nosso bairro tem 10 anos! Os primeiros empreendimentos estão sendo entregues agora, e nós vamos suportar mais uma carga de 74% na média, quando tem imóveis isentos? Alguém vai pagar 150% para chegarmos na média de 75%. É por essas razões que nós somos contra. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Sr. Geraldo Bertolo. A Sra. Denise das Neves Flores está com a palavra.

SRA. DENISE DAS NEVES FLORES: Boa noite a todos que aqui estão. Quero dizer que me sinto muito contemplada na fala da Jurema. Ver. Mauro Zacher, eu gostaria da sua atenção, pois quero dizer que acho que o senhor está meio equivocado quando diz que não foi discutida a planta. Talvez no seu bairro não, ou o senhor não participou de nenhuma discussão; mas em todos os nossos bairros ela foi discutida, todo mundo foi falar, hoje até as crianças já falam sobre o IPTU. Nunca foi tão transparente como agora. E outra: são 27 anos esperando. Então, não venha me dizer que isso se deu em um ano. Quem falou que é um ano – pelo amor de Deus! –, realmente seria muito pouco tempo. E nós, do Orçamento Participativo, quando não apoiamos, foi porque não tinha toda a transparência que hoje tem. Então, por favor, Srs. Vereadores que estão contra, qual é o motivo de estarem contra? Seria pela transparência? Ou pelos vinte e sete anos? Ver. Mauro, quando o Prefeito foi o Fogaça, ele também tentou e o senhor era a favor. O que mudou? É por causa do Prefeito que agora está? Então, vamos parar com a disputa de brilho e de dizer: “O dia em que eu for Prefeito de Porto Alegre, então botarei na Câmara de Vereadores para ser votado”. É isso que está acontecendo! E nós não estamos contentes com isso. Sabe quem está atrasado? Porto Alegre está atrasada! Nós estamos atrasados. Se o salário de vocês não tivesse reajuste – fica a pergunta –, o que vocês achariam? Vocês iriam gostar? Eu não. É isso que eu tenho para falar. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Denise das Neves Flores. A Sra. Andréia Pires Weber, da Associação Moinhos de Vento, está com a palavra.

SRA. ANDRÉIA PIRES WEBER: Boa noite. Obrigada pela oportunidade. Eu gostaria de comentar o seguinte: o simulador, para que haja e ficarmos sabendo quanto vamos pagar de IPTU, só vai ser colocado à disposição agora. Eu não entendo por que, e por esse motivo, para mim o debate não se esgotou. Eu gostaria de ver a Prefeitura cortando mais na própria carne antes de propor este projeto do IPTU. Eu não entendi por que a urgência deste projeto. Então, peço aos Vereadores tirarem esse pedido de urgência, a gente não concorda com ele. Sou contra o projeto e fico triste, porque vejo as pessoas pagarem esse imposto para melhoria de Porto Alegre, mas não é verdade, porque só o déficit previdenciário é de mais de R\$ 700 milhões. Em 2022, terão arrecado, com esse aumento de tributos, R\$ 250 milhões, só que a dívida até lá vai ser muito maior! Esse dinheiro que

será arrecadado não vai para a rede de esgoto, não vai para melhoria da Cidade; vai para o buraco único da Prefeitura. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Sr. Andréia Pires Weber. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores; quero, primeiro, saudar todos os presentes em uma noite de debate, de aprofundamento democrático, de conversa sobre este projeto e sobre a situação de Porto Alegre. Temos muito mais do que o projeto do IPTU sobre nossas mesas na Câmara de Vereadores; temos uma situação fiscal crítica na Cidade, como no Estado e na União, como outras vezes já houve. E temos não uma, mas diversas medidas para tomar, para enfrentar o problema da crise fiscal. O pacote que o Governo encaminhou tem dezesseis projetos, e já começamos a nos debruçar sobre eles. A solução para essa crise fiscal, para entendermos o caminho que devemos seguir – e exemplifico com os Governos Governo Rigotto e Yeda. O Governo Rigotto, que fez um ajuste fiscal com o aumento de ICMS, terminou por ter déficits grandes nos quatro anos do seu Governo. O Governo Yeda, que não conseguiu aumentar o ICMS, atacou fortemente as despesas e produziu o primeiro Governo, em tantos anos, sem déficit. Se o que nós queremos é enfrentar as dificuldades de infraestrutura, de mobilidade, de saneamento da Cidade, nós não podemos olhar apenas para o caixa de agora. Nós precisamos ter compromisso com aqueles que dizem que é o maior programa social que existe, que é o emprego. Eu ajudarei, comprometi-me a enfrentar todos os projetos de despesa, os quinze, mas não posso me comprometer com este aqui, que é o projeto do IPTU, que afeta, e muito, residências e comércio. Não acredito na recuperação das finanças do Município sem a recuperação das finanças das famílias, sem a recuperação do nível de emprego, sem a retomada do investimento. Nós estamos falando que, no Rio Grande do Sul, em 2016, fecharam sete mil lojas. Quantas delas eram em Porto Alegre? Caminhemos nas ruas, quantas lojas estão para alugar, quantos imóveis desocupados estão para vender? Qual é o impacto disso no desemprego? Estamos com 14% de desemprego! E não negamos – e reconheço os méritos de apontar isso – que existem distorções. Existem, não negamos que precisamos enfrentar as distorções. Mas há um

momento e uma oportunidade para fazê-los, e há formas diferentes de enfrentar essas distorções. Tenho convicção de que enfrentar essas distorções de 30 anos em quatro é sacrificar essa geração que está buscando emprego pelo que não se fez no passado. Porto Alegre pode estar abaixo do que deveria estar na cobrança do IPTU, mas nós somos a quarta Cidade grande no País – cidade com mais de um milhão de habitantes –, somos a quarta em arrecadação de ISS. Nosso IPTU é um pouco menor do que a média e o nosso ISS é um pouco maior. O que queremos? Estar acima da média em todos os impostos? Que captação de empresas, que captação de investimentos, que condição de empregabilidade terá esta Cidade se formos a campeã brasileira em todos os impostos? E quero deixar mais um dado. É verdade, a planta de valores não é atualizada desde 1991, mas houve aumento de IPTU no período? Sim. Em 1991, a carga tributária brasileira total era de 26%; hoje é 34%, quase 35%. A nossa solução continuará sendo aumentar impostos. Até quando? Chegará o momento em que diremos: “Agora basta de aumento de impostos, vamos enfrentar a eficiência e a despesa!” Acho que nisso o Governo se empenha, se empenha bem, e parabênzo sempre, mas há um momento em que teremos de dizer: “Basta, chega de tanto imposto!” Para mim, esse momento é agora, e a oportunidade é este projeto. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. A Sra. Rosa La Bandeira está com a palavra.

SRA. ROSA LA BANDEIRA: Boa noite a todos e a todas; ao Presidente desta Casa; Vereadores aqui presentes; demais comunidades e associações; conselheiros do OP; colegas daqui. Sou a Rosa, conselheira do Orçamento Participativo, membro da coordenação. Presidente, como o senhor não pode ler o documento do COP, então eu farei a leitura (Lê.): “Manifesto do Orçamento Participativo sobre o Projeto de Lei do Executivo que tramita na Câmara Municipal de Vereadores. Vimos por meio desta informar que a data de 12 de junho de 2018 os conselheiros do Orçamento Participativo reuniram-se e deliberaram referente aos projetos do executivo Municipal que estão em discussão na Câmara de Vereadores no que se refere à revisão da planta do IPTU e do funcionalismo público. Este Conselho entende a necessidade e tais discussões para uma melhor organização da Cidade e melhorias dos serviços prestados à população. Tendo

essa compreensão, o OP fez o dever de casa, em 2017 não realizamos assembleias para a eleição de novas demandas e enxugamos expressivamente o número de demandas atrasadas. Todo esse esforço com o objetivo de ajudar o Executivo a vencer a crise, sem deixar de cobrar soluções definitivas para que a Cidade retome os investimentos nas comunidades. Atendendo as cobranças do COP, o Governo Municipal apresentou um conjunto de projetos que estão para apreciação na Câmara Municipal e iniciou uma dinâmica que contemplou as 17 regiões do Orçamento Participativo tendo a presença de delegados e conselheiros, lideranças locais e população em geral. Como resultado, na noite de 12 de Junho, o COP, após profundo debate, fez uma votação de forma nominal que obteve 31 votos favoráveis e 3 contrários em apoio aos projetos que serão votados pelos Vereadores. Essa posição não significa apoio total e irrestrito ao governo e suas posições, ao contrário, ela atende a uma necessidade urgente da cidade em equilibrar suas contas e recuperar a execução de demandas do OP, tarefa que hoje o governo não faz por alegar não ter recursos disponíveis. Nosso objetivo é que já em 2019 possamos ter um resgate do desempenho da capital gaúcha. Sabemos que essa não será a salvação da situação caótica que vive a cidade, mas esse é o primeiro passo a ser dado para uma melhora gradativa da administração pública municipal. Através dos pontos destacados acima, esta coordenação reafirma o apoio aos projetos do Executivo que estão tramitando em regime de urgência no Parlamento, e que o resultado dessa economia seja revertido diretamente no benefício daqueles que mais precisam de qualidade nos serviços públicos prestados a população.”

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Rosa.

SRA. ROSA LA BANDEIRA: Poderia ter um segundo para finalizar?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Desculpe, eu já te dei cinco minutos. Na verdade, foi bem além do tempo, só permiti para que tu lesse o documento.

SRA. ROSA LA BANDEIRA: Muito obrigada. Só quero dizer aqui: “Quem ganha mais, tem que pagar mais”.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Rodrigo, eu não vou aceitar esse tipo de pressão. Eu já deixei falar cinco minutos. Se eu deixo a Rosa falar cinco, tem que deixar as outras pessoas falarem também. Preciso que vocês me ajudem. Obrigado.

O Sr. Paulo Afonso Pereira, Diretor da Associação Comercial de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. PAULO AFONSO PEREIRA: Boa noite Presidente, Ver. Valter Nagelstein, em seu nome eu cumprimento todos os Vereadores presentes; cumprimento todos os que aqui se manifestaram; e a plateia que está nos ouvindo neste importante debate sobre o futuro da Cidade. Eu queria dizer que as entidades que já se pronunciaram aqui foram muito esclarecedoras quanto à posição que tomaram em relação ao projeto de regularização ou equalização de IPTU.

Presidente, nós formamos, há algum tempo, um grupo com mais de 30 entidades da cidade de Porto Alegre com vistas a discutir e debater todos os projetos encaminhados pela Prefeitura aos quais nós emprestamos a nossa solidariedade. Porém, nós sempre discutimos e sempre fomos favoráveis a que, em primeiro lugar, antes de se falar em aumento de impostos, em aumento da receita através de impostos, se discutissem as formas de redução de despesa que estão consignadas nos outros projetos. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a Associação Comercial de Porto Alegre se manifesta contrária à discussão e votação do projeto, neste momento, pela intempestividade e pela alteração lógica daquilo que reputamos ser o mais sensato: redução de despesas. Depois, vamos analisar o aumento, se necessário, de tributos. Era isso, muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, Dr. Paulo Afonso Pereira. Dr. Luís Roberto Andrade Ponte está com a palavra.

SR. LUÍS ROBERTO ANDRADE PONTE: Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores participantes deste importante e rico debate sobre um tema dos mais relevantes para a sociedade gaúcha. Eu, todos sabem, lutei para que o Prefeito Marchezan não fosse Prefeito, porque eu tinha outro candidato. Não tenho, com o novo projeto, absolutamente nenhuma vantagem; pelo contrário, o imóvel onde eu vivo e os

imóveis que eu possuo são em áreas que foram valorizadas, portanto, é muito provável que eu terei que pagar maior IPTU se este projeto vier a ser aprovado. Além do que, estou numa idade que não preciso mais me preocupar com questão econômica. Por que, tendo eu 84 anos, tendo sido adversário do Prefeito e sendo prejudicado pela nova lei, venho aqui defendê-la? Porque não se constrói um País sem cuidar da coisa fundamental, que é justiça, e nem se constrói a justiça sem se respeitar a sua base essencial: isonomia. Este projeto só cuida de uma coisa, não cuida de nada mais: isonomia de tratamento dos porto-alegrenses com relação ao pagamento do IPTU. Nada mais! A decorrência disso é um aumento de arrecadação, é claro! Pois, se tem gente que paga R\$ 1,00 de IPTU num imóvel de R\$ 300 mil, se tem gente que mora a uma quadra de outro, com imóvel do mesmo valor, e um paga dez vezes mais do que o outro, evidentemente que, se eu estabelecer uma isonomia dentro de um valor razoável – porque ninguém pode dizer que o IPTU de Porto Alegre hoje é muito elevado –, que vai aumentar a arrecadação. Toda vez que se cuida de aumentar a carga tributária, a primeira coisa que os oponentes fazem é o seguinte: temos que cobrar dos sonegadores, não podemos aumentar imposto. Não tem ninguém aqui, nenhum empresário que seja mais contra aumento de imposto, que não tenha mais consciência de que a carga tributária é alta, de que a carga tributária é dilapidada pelos órgãos públicos do que nós. Ninguém! Pode ter igual. Mas quando se fala nisso, não se dá conta de que esse projeto está exatamente fazendo a mesma coisa que recomendam quando se quer aumentar a arrecadação. Aumentar a arrecadação fazendo como? Cobrando dos sonegadores. São sonegadores? Não, não são sonegadores porque a lei convalida a injustiça de pagamento de quase todos. É só por isso que não são sonegadores. De mais a mais, o que é carga tributária? Carga tributária são as alíquotas multiplicadas pela base de cálculo. Esse é o único imposto em que a base de cálculo é decidida por lei. Quando a gente paga IPVA, não se calcula o valor do carro, é calculado automaticamente. Aumento de carga tributária do ICMS é só alíquota, o valor é o valor da venda, como é o valor do imóvel. Então, o que eu queria lhe dizer, me perdoe se eu eventualmente ultrapassar é que eu estou aqui por uma única razão. Todos nós sabemos que a Prefeitura precisa de recursos, todos nós sabemos que, para tirar as pessoas da miséria, precisamos de dinheiro, todos nós sabemos que os empresários estão numa crise imensa e que é ruim pagar imposto. Mas eu estou aqui sobretudo para recomendar isonomia de tratamento da população de Porto

Alegre. Esse é o único dado relevante que, para mim, tem esse imposto. Graças a Deus que dele advém um aumento de carga tributária, porque vai ajudar a pagar em dia o funcionalismo, vai ajudar a tapar os buracos, vai ajudar a engenharia, que é o que eu represento aqui, a cumprir o seu papel em benefício do bem comum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa noite a todos, eu queria fazer uma fala especialmente direcionada às belas falas da Liane, da Lília, da Denise, da Rosa e também do Ponte, que aqui estava. Eu gostaria de perguntar especialmente para as três meninas que aqui estiveram quanto vai aumentar o seu IPTU e o do seu vizinho. Esse silêncio é porque nenhum cidadão de Porto Alegre sabe quanto vai aumentar o seu IPTU ou do seu vizinho, nós ainda não temos um simulador e um projeto que, em tese, como diz o Ponte, promete justiça e isonomia, ele comete a injustiça e acaba com a isonomia ao começar concedendo um desconto de 25% para imóveis comerciais do Centro. Pergunto: será que os imóveis da Ilha, Liane, não precisariam ter um desconto de IPTU? Por que é que os imóveis do Centro vão ganhar esse desconto? O Ver. Moisés Barboza trouxe Aristóteles, o ignorante afirma, o sábio duvida e o sensato reflete. O que eu tenho visto é que eu tenho duvidado de um projeto que promete muito, mas que sequer dá transparência para que as pessoas vejam se o que ele promete, ele vai cumprir. Aí eu reflito: por que é que o Governo não tentou, em nenhum momento, ajustar as injustiças que existem em Porto Alegre? Tem gente pagando pouco que deveria estar pagando mais, mas tem gente que está pagando muito e poderia estar pagando menos. Por que é que o Governo não tentou, em nenhum momento, ajustar as alíquotas de modo que a arrecadação não aumentasse em mais de 50%? Porque não era essa a intenção do Governo. São mais de R\$ 250 milhões que poderiam estar sendo utilizados nos pequenos comércios e serviços, como, por exemplo, na Ilha e em diversas outras comunidades, mas que estarão cobrindo, sabem o quê? A conta da elite porto-alegrense. Sabem quem é a elite porto-alegrense? É a que está instalando *outdoors* por toda a Cidade, porque não quer ver discutido o fim da sua licença-prêmio – férias remuneradas de três meses a cada cinco anos de trabalho apesar de suas férias concedidas –, não quer! O trabalhador

brasileiro tem essa regalia? Não. Não querem discutir aqui – e esse dinheiro, os R\$ 250 milhões vai pagar – o aumento automático de salários de 5% a cada três anos, fora a inflação já concedida, para uma elite de Porto Alegre. O trabalhador brasileiro tem direito a aumento automático de salário de 5% a cada três ano mais inflação? Não tem. E eu me lembro uma frase, que é a seguinte: enquanto a gente discute aqui esquerda e direita, o Estado nos esmaga de cima a baixo; ele nos esmaga de cima a baixo, tirando cada vez mais de todos nós, e ele não entrega nem o buraco, nem o esgoto, nem a capina, nem as linhas de ônibus cumprindo horários, nem os salários dos servidores, e a gente aqui fica distraído se apontando e tensionado, enquanto cidadãos, vendo quem está pagando mais, quem está pagando menos. Ficamos apontando: “Fulano está pagando pouco; sicrano está pagando pouco; aquele tinha que estar pagando mais!” Quem está fora dessa discussão, senhoras e senhores, que está dividindo tudo em Porto Alegre? O Governo! Que bota para votar antes um projeto de aumento de imposto e deixa para depois um projeto de corte de gastos e privilégios, como os que eu falei, dessa elite que consome mais de R\$ 700 milhões só em previdência. Pessoas que, em vários dos casos, se aposentam ganhando mais do que o teto do INSS, recebendo integralmente por isso sem ter contribuído com nenhum real. Isso é justo? Isso é isonômico? Só vai ser justo e isonômico quando a Prefeitura se comprometer, primeiro, a votar redução de seus gastos, suas despesas e dos privilégios de um corporativismo que é a elite de Porto Alegre, que é uma elite de servidores, e não vou falar de todos, mas de uma boa parte deles –, que botaram em *outdoors* da Cidade, inclusive, o meu rosto e do Ver. Moisés, que aqui diverge de mim, dizendo que estamos atacando a Cidade por queremos que o dinheiro de todos nós aqui, em vez de sustentar o rombo da previdência, vá tapar buracos nas comunidades, vá fazer serviço de capina, vá para as creches, para as escolas, vá para onde deva ir, que é para o serviço da população, e não para uma elite, que não está aqui hoje, casualmente, para falar sobre o IPTU, porque estão interessados em manter os seus privilégios. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. A propósito da fala dos Vereadores e dos cidadãos, quero dizer que a Constituição determina o princípio da isonomia, todos nós somos iguais. Mas a mesma Constituição, que faz um Estado Democrático de Direito, estabelece regras para a democracia, uma delas chama-se

eleição. As pessoas se submetem a uma eleição. Quando uma pessoa é eleita, ela tem um *múnus*, um procuração, uma representação popular, e, por isso que em um milhão e meio de porto-alegrenses, tem 36 Vereadores. Eles representam, eles são o extrato desse um milhão e meio. Quando eles chegam nessa condição, eles adquirem, por um tempo, certas prerrogativas que o povo concede a essas pessoas. Então, o tempo de cinco ou dez minutos que diferencia, por exemplo, de um cidadão que vem aqui, não é uma diferença odiosa, é, senão, fruto da manifestação e da expressão do povo, que elegeu os 36 Vereadores e esses Vereadores têm um mandato popular, um mandato concedido pela população. Por isso, que eles têm essa prerrogativa, um pouco mais de tempo. Então, não há nenhum tipo de discriminação, muito antes pelo contrário; há obediência ao princípio da soberania popular, à vontade do povo manifesta e expressa na eleição dos 36 representantes que estão aqui. A Sra. Ângela Baldino, ex-Secretária, está com a palavra.

SRA. ÂNGELA BALDINO: Cumprimento a Mesa; cumprimento os Vereadores, mas quero fazer um cumprimento muito especial ao Conselho do Orçamento Participativo. Eu fui Secretária desta Cidade, e tive o apoio e o carinho muito grandes, como Secretária de Turismo, do Orçamento Participativo, e o trabalho de vocês me ajudou muito como Secretária aqui, na época do Governo Fogaça. E me ajudaram tanto, que não posso deixar de não vir aqui – eu não pretendia falar –, e dizer algumas coisas a vocês. Ouvi a questão daquela senhora que falou sobre as ilhas, sobre o morro Santa Teresa, o rapaz que falou aqui do Centro. E eu diria a vocês o seguinte: fiquei muito triste ouvindo o que o Vereador-Líder de Governo falou, o Moisés Barboza, no sentido que eu percebi que havia aqui, ele estipulou, uma luta de classes, de nós contra eles, e não é verdade. É importante que se diga: em sete anos, subiu 54% o IPTU. O que melhorou nas ilhas? O que melhorou no Morro Santa Teresa? Nada! Quero dizer que esse aumento do IPTU, que eu acho intempestivo, não precisaria ser no afogadilho, poderia ser melhor discutido. Vai fazer a capina, vai ajudar as comunidades, vai melhorar a saúde. Meu Deus do céu, é um cobertor enorme isso! Eu queria também dizer o seguinte: ele é intempestivo, e este não é o momento de ser discutido. O que torna uma cidade bonita, ativa, não são os *shopping centers*, é o comércio de rua, e eles são importantes. As lojas estão fechando, os empregos estão sendo perdidos, as empresas estão indo embora. “Ah, são

empresários?” São pequenos empresários, e são eles que dão o emprego às pessoas. Acho que não é o momento, acho que isonomia não se faz com impostos, isonomia se faz com prioridades. Teve uma senhora que disse que era importante o título da terra, enfim, porque eram locais invadidos. Eu acho isso fundamental, não existe mais nada que torne um cidadão mais cidadão do que ele ter a conta de luz no nome dele, porque isso faz com que ele tenha local, ele tenha um espaço que é dele. O Ver. Camozzato já falou muitas coisas que eu queria referir. Enfim, eu só não podia deixar de falar, porque eu estou percebendo que existe essa luta de classes que, na verdade, não precisa. Agora, o aumento do IPTU, neste momento, é intempestivo. Ele não pode ser feito dessa forma. E onde está o simulador? Por que nenhum de nós aqui sabe o quanto vai subir o IPTU? Obrigada.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ângela. Eu quero, desde já, solicitar à Diretoria Legislativa que, conforme requerimento do Ver. Cassio Trogildo, integre aos Anais da audiência pública o manifesto do Orçamento Participativo. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Boa noite a todos. Eu quero, antes de mais nada, dizer que eu não tenho a pretensão de avaliar o debate que aqui foi feito nesta noite, mas eu tenho, sim, a obrigação de dizer que eu me sinto muito feliz de saber que na Câmara de Vereadores, nesta noite fria, se abre espaço para que manifestações das mais diferentes matizes possam ser realizadas.

Eu acho que nesta hora, meu caro Presidente, eu teria que me lembrar do ensinamento do pensador castelhano que nos dizia: “Tudo é verdade, tudo é mentira; tudo depende do espelho em que se olha”. Hoje nós vivemos um momento muito especial e eu não deixo de reconhecer que a comunidade tem que saber que, um esforço especial, aqui em Porto Alegre pode gerar em nada diante do contexto nacional. De outro lado, eu sou obrigado a compreender que nós temos que fazer a lição de casa sobre pena de não ter autoridade de cobrar dos outros a realização dos programas, das atividades e das providências que a todos cabem. Por isso, eu quero, primeiro – Presidente, peço que V. Exa. me ouça, pois vou me referir a sua pessoa –, elogiar esta Presidência pela obstinada determinação de realizar esta audiência pública, onde iríamos colher a opinião das mais diferentes

manifestações da comunidade de Porto Alegre. Aliás, eu quero dizer a todos, com maior respeito, que tenho orgulho de ter ouvido hoje o Dr. Luís Roberto Ponte, grande engenheiro, um homem a quem a história brasileira haverá de fazer justiça, porque, contrariando a todos, assumiu o encargo de chefia da Casa Civil na Presidência da República num momento em que a própria renovação dos conceitos políticos brasileiros estava em jogo; Dr. Ponte, permita-me lhe fazer essa homenagem, que faço, inclusive, com autoridade de quem, na prática, muitas vezes, discuti com ele soluções que me pareciam inadequadas, por ele propostas.

Mas o que quero dizer agora, concluindo, meu caro Nedel, Vossa Excelência que, obstinadamente, está cuidando do relatório que amanhã, às 10h deveremos votar, é que temos que ter a consciência de que, se o momento é inadequado e é inadequado, se, nos outros níveis da federação já foram tomadas providências que não resolvem nosso problema; pelo contrário, agravam, é chegada a hora de nos posicionarmos. E se há alguma coisa que não quero incluir na minha biografia é a palavra omissão. Então, nós temos que responder as necessidades do dia de hoje, bem como acomodar esse processo todo da melhor maneira possível. Então, a nós, Vereadores, cabe mais do que nunca, ouvir a comunidade – é o que estamos pretendendo fazer no dia de hoje e em várias reuniões que estamos realizando, para que cada um coloque sua posição, e nós assumamos a responsabilidade de dar a moldura final a esse processo. Concluindo, Sr. Presidente, mais uma vez, renovo meus elogios à postura de Vossa Excelência, exaltando a importância desta assembleia, e um especial cumprimentando àqueles, que nessas altas horas da noite, num dia frio de inverno gaúcho, que todos nós sabemos que é penetrante, aqui se encontram, oferecendo a sua contribuição. Vamos, nós, Vereadores, ficar mais responsabilizados ainda sabendo há pessoas, homens e mulheres, com a responsabilidade social de que todos vocês são possuidores. Deus queira que Ele nos ilumine nessa hora com a melhor solução. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Sr. Leonardo Maranhão Busatto, Secretaria Municipal da Fazenda, está com a palavra.

SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO: Primeiro, quero novamente agradecer a esta Casa, aos Vereadores, Ver. Valter Nagelstein, como Presidente da Casa, saudando a

todos os Vereadores, agradeço mais uma vez a vinda nesta Casa. Eu sempre refiro que passei quase 16 anos da minha vida aqui, minha mãe foi 16 anos Vereadora, por quatro mandatos, então eu conheço bastante e me sinto muito à vontade. Então, é sempre uma alegria retornar.

Acho que são várias questões. É importante colocar que, nos 15 minutos que tive a oportunidade de falar, obviamente não teria condições de explicar todo o projeto, mas acredito que todas as audiências, reuniões, toda a peregrinação que foi feita, tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo, nas regiões da Cidade tentando demonstrar, explicar o projeto do IPTU, já permitiu que as pessoas pudessem ter conhecimento do projeto. Quando falam que a discussão é açodada, eu lembro que este projeto foi rejeitado o ano passado, há um ano. Todo mundo que teve a oportunidade, que se interessou em conhecê-lo, pôde fazê-lo; quem não se interessou, acredito que não vá se interessar mais. Sempre vai faltar tempo, sempre será urgente quando a gente não quer discutir os temas que são de relevância da Cidade.

Uma questão importante que foi citada aqui: o Governo, o Executivo, enviou um conjunto de doze iniciativas, três do lado da receita e nove do lado da despesa. Quando se fala que tem que cortar, já foi cortado muito. A maioria das iniciativas enviadas a esta Casa foi do lado da despesa, e foi uma decisão democrática desta Casa. O Governo não tem absolutamente nada com relação à ordem com que foi colocada nesta Casa na votação dos projetos. Mas o Governo continua afirmando: é necessário aprovar todos os projetos para nós termos sustentabilidade financeira para o Município de Porto Alegre.

Eu só vou endereçar algumas coisas rápidas para não deixar passar. Eu não sei se o Leonardo está aí, que falou que o projeto é covarde. Eu duvido que ele tem lido o projeto, ele não deve nem ter entendido o projeto. Inclusive, alguém estava filmando aqui para ele botar em alguma rede social. Se ele disse que pareço o Ciro Gomes, que para mim não é elogio, ele parece o Bolsonaro. Onde ele está? Saiu? Pois é, covarde é ele!

Outra questão, eu vejo aqui o pessoal dos bairros Jardim Europa e Moinhos de Vento – associações que respeito muito, onde tenho muitos amigos. Aliás, eu moro em uma região que se valorizou bastante, eu moro no Menino Deus, e quero dizer para as Associações Jardim Europa e Moinhos de Vento que, sim, a maior parte dos moradores do Moinhos de Vento e do Jardim Europa irá pagar mais IPTU. Assim como na Restinga, que alguns talvez não conheçam – já conheci, tive o prazer de ir a uma reunião lá –, onde,

das 8.800 casas inscritas para fins de IPTU, 7.000 serão isentas; 1.670 terão diminuição; e somente 105 residências da Restinga terão aumento de IPTU. Cento e cinco, de oito mil e oitocentas casas! (Palmas.)

Explicando para a Associação dos Moradores do Jardim Europa, que não são 74% para todo mundo no primeiro ano; será lá no último ano. Hoje o Jardim Europa paga o mesmo IPTU médio que o Belém Novo. Se alguém acha isso justo, é critério de cada um. Por último, a questão do simulador. Nós queríamos, primeiro, que as pessoas entendessem a situação do projeto em seu todo, para depois individualizar o debate. Até sexta-feira, estará à disposição o simulador de todos os porto-alegrenses que quiserem saber o seu IPTU, inclusive com os grandes aumentos e as diminuições, cada um vai poder ter uma posição. Essa é uma questão que, inclusive, temos que saudar aos Vereadores da base que nos convenceram, como Executivo, a colocar isso.

Por fim, foi perguntado pela Ângela, para onde foi o dinheiro do IPTU? Vi que a Ângela foi Secretária. Ângela, o dinheiro do IPTU foi para pagar as gratificações e os aumentos concedidos para os funcionários, inclusive na gestão em você foi Secretária. E eu não vi ninguém aqui lotar a plateia para ser contra aumento de despesa, porque o aumento de despesa, hoje, é o aumento do imposto para o futuro. As sociedades comerciais e empresariais não se mobilizam para aumento de despesa, como se mobilizam quando há, eventualmente, algum aumento de imposto.

Ao Sindicato dos Hotéis de Porto Alegre – SHPOA, digo que concordo, existe uma crise enorme para os hotéis em Porto Alegre, mas a crise do setor hoteleiro é mundial, seja pelo Airbnb ou pela concorrência ou, em Porto Alegre, pelo sonho criado na Copa do Mundo, quando se criou a expectativa de que Porto Alegre cresceria; obviamente não cresceu, mas o problema do setor hoteleiro não pode ser endereçado só pelo IPTU. E mais: o Prefeito Marchezan e eu estamos à disposição quando o Sindicato dos Hotéis quiser – amanhã, depois de amanhã, sábado, domingo – sentar e discutir alternativas para o setor hoteleiro, em especial do Centro Histórico. Mas não vamos reduzir o debate ao setor hoteleiro de Porto Alegre, ao IPTU, não vamos individualizar; vamos tratar numa visão de Cidade e não de interesses específicos, de alguns setores de atividades, alguns ramos, inclusive individualizando o seu IPTU. Estamos à disposição, mais uma vez – e o Presidente Henry sabe disso –, para discutir alternativas junto com esta Casa, inclusive para o setor de hospedagem em Porto Alegre, que não está em crise por causa do IPTU.

Agradecendo mais uma vez, reforço a importância de aprovarmos todo o conjunto de projetos que foi enviado para esta Casa. Saúdo mais uma vez o Ver. Valter Nagelstein. Obrigado pela presença de todos nesta noite fria. Estamos sempre à disposição. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, senhoras e senhores. Quero agradecer muito a presença de todos; do Secretário Busatto; dos Vereadores que aqui estiveram. Nós temos um menino lá na copa, o Kenny, um menino de menos de 20 anos que está trabalhando, buscando uma oportunidade, é nosso garçom, e estamos aqui às 21h40min, e ele está, desde a manhã, acompanhando a presidência. Obrigado, Kenny. Quero agradecer a Vilma e ao Rodrigo, que são do nosso Setor de Eventos, sempre prestativos. Agradeço à Taquigrafia: Sílvia, muito obrigado. Agradeço ao Diretor Luiz Afonso e ao Sandro, da Diretoria Legislativa. Éderson, em teu nome, agradeço ao pessoal da Imprensa. Também à nossa Segurança, que aqui está. Agradeço todos vocês e os cidadãos que ficaram aqui. Muito obrigado às lideranças que vieram à Casa e que aqui se manifestaram: lideranças comunitárias, lideranças empresariais, lideranças de classe. A Câmara, mais uma vez, está cumprindo seu papel, e, eu, como Presidente, fico muito feliz e agradecido. Desejo que todos vão em paz para suas casas, que Deus nos acompanhe. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h44min.)